



DESESTABILIZAR A EUROPA ORIENTAL

A estratégia russa desde Munique 2007: desafios à Otan e ao Ocidente.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



COMEÇA O CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO

Quais são os riscos e os benefícios e a importância do planejamento.
Por Eduardo Wigman, **página 2**



DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Ainda não fizemos o dever de casa para obter o acesso universal.
Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Recorde de trabalhadores nos EUA com 2 empregos

No início deste mês, o Bureau of Labor Statistics (BLS) dos EUA relatou que um recorde de aproximadamente 8,9 milhões de norte-americanos disseram que trabalham em vários empregos, o maior número desde que o BLS começou a rastrear o número em 1994.

Cerca de 5,4% da força de trabalho dos EUA tem um segundo emprego, um nível não visto desde a Grande Recessão em abril de 2009, de acordo com o BLS. Aproximadamente 60% desses detentores de vários empregos trabalham em tempo integral enquanto assumem trabalhos de meio período durante suas horas vagas.

Um relatório do Federal Reserve Bank de St. Louis divulgado no início deste mês descobriu que 50,2% dos americanos que trabalham em vários empregos tinham um diploma universitário de quatro anos, um aumento de 9,1 pontos percentuais em relação a 2019.

O relatório do índice de preços ao consumidor divulgado pelo BLS em março mostrou um aumento de 2,8% ano a ano em fevereiro para custos essenciais como alimentação, abrigo e energia. Os preços dos ovos aumentaram 10% mês a mês, impulsionados pela escassez ligada a um surto de gripe aviária. Enquanto isso, os preços da energia aumentaram 0,2% de janeiro a fevereiro, alimentados por custos mais altos de óleo combustível e gás natural.

“Você tem que trabalhar muito mais para sobreviver”, disse Carolyn McClanahan, fundadora da Life Planning Partners em Jacksonville, Flórida, à CNBC. “Se você vai tentar ter alguma semelhança com uma vida tradicional com filhos, uma casa e transporte, [é] preciso muito dinheiro para fazer isso”, disse McClanahan.

A contratação do setor privado desacelerou drasticamente em fevereiro e não atingiu as expectativas de Wall Street, de acordo com dados da ADP. Enquanto isso, o Federal Reserve atualizou sua previsão de desemprego esta semana, prevendo que a taxa subiria para 4,4% este ano, acima da estimativa de dezembro de 4,3%.

Preocupações com tarifas também estão levando os consumidores a antecipar uma inflação mais alta. Especialistas alertam que produtos como combustível e produtos frescos podem ter aumentos de preço quase imediatos após tarifas impostas por Trump.



MME

País perde o dobro da área de São Paulo em superfície de água

Houve redução de 2% deste território em um ano

O Brasil perdeu 400 mil hectares de superfície de água em 2024, uma extensão que equivale a mais de duas vezes a cidade de São Paulo, aponta a atualização da série histórica do MapBiomias Água, divulgada nesta sexta-feira. No ano passado, o território do país coberto por corpos hídricos e reservatórios ficou em 17,9 milhões de hectares, o que representa uma diminuição de 2% em relação a 18,3 milhões registrados em 2023.

De acordo com a nova coleção de mapas e dados de cobertura do território nacional por superfície de água, há uma acentuação na trajetória de diminuição dessa área

na última década, quando foram registrados oito dos anos mais secos da série histórica iniciada em 1985. No período, apenas em 2022 houve recuperação da superfície de água, quando atingiu 18,8 milhões de hectares.

Segundo o pesquisador Juliano Schirmbeck, coordenador técnico do MapBiomias Água, o Brasil o Brasil está mais seco por causa da dinâmica de ocupação e uso da terra associada aos eventos climáticos extremos.

“Esses dados servem como um alerta sobre a necessidade de estratégias adaptativas de gestão hídrica e políticas públicas que revertam essa tendência”, diz.

Em 2024, a Amazônia registrou 10,9 milhões de hectares de superfície de água, representando 61% do total no Brasil. A Mata Atlântica registrou 2,2 milhões de hectares ou 13% do total, o Pampa 1,8 milhão de hectares, ou 10% do total, o Cerrado tem 1,6 milhão de hectares ou 9% do total e a Caatinga tem 981 mil hectares ou 5% do total.

O Pantanal registrou, em 2024, 366 mil hectares de superfície de água, representando apenas 2% do total no país. O bioma teve uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior, e foi o mais afetado pela redução desde 1985, com uma perda de 61% da extensão ao longo desses anos. **Página 14**

Nova chamada pública do BNDES e Finep para fomentar a inovação

Investimento terá impacto de R\$ 60 bilhões até 2026

Por **Andrea Penna**, especial para o Monitor

Investimento de R\$ 60 bilhões até 2026 da nova chamada pública do BNDES e Finep visa apoiar empresas de todos os portes e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), promovendo a expansão da fronteira tecnológica brasileira, transformação digital e criação de parques tecnológicos, comenta para o Monitor Mercantil a gerente de Produtos do FI Group, Jackeline Ferreira Dias Bozza.

“A demanda por crédito por parte das empresas acaba sendo fortemente influenciada pelo custo financeiro das operações de

captação, ou seja, pela incidência de juros. Este é um fator determinante que impacta não somente o acesso ao crédito, mas também o estímulo ao desenvolvimento econômico. Dentro do cenário atual, evidencia-se um elevado custo de empréstimos por parte dos bancos comerciais em comparação aos bancos de fomento, o que pode influenciar nas decisões de investimento e financiamento por parte do mercado”, explica a especialista.

“Sendo assim, os bancos de fomento se tornam uma opção mais atraente para as empresas que buscam financiamentos, uma vez que oferecem condições mais favoráveis em termos de custo de capital. E o acesso a crédito mais

barato impacta positivamente a capacidade das empresas de investir, expandir e financiar projetos.”

Dias Bozza também lembra que empresas de países dos Brics ou de outras regiões podem demonstrar interesse nessa chamada, e lista setores com maior possibilidade de participação: “Países dos Brics, como China e Índia, podem demonstrar interesse, especialmente em setores como tecnologia, energia e sustentabilidade. Setores com maior possibilidade de participação incluem tecnologia da informação, energias renováveis e biotecnologia”.

Leia a matéria na íntegra em monitormercantil.com.br/nova-chamada-publica-do-bndes-e-finep-para-inovacao

China: mais de 42 mi recebem subsídio para smartphones

Os esforços da China para estimular os gastos do consumidor estão tendo um forte início este ano, com as medidas de subsídio do governo impulsionando uma demanda crescente em produtos digitais, disse o Ministério do Comércio na quinta-feira (20).

Desde o lançamento do programa em 20 de janeiro, mais de 42 milhões de consumidores solicitaram subsídios para comprar smartphones e outros dispositivos digitais, resultando em vendas totais de 66,95 bilhões de yuans (cerca de US\$ 9,33 bilhões) até terça-feira, de acordo com dados do ministério.

Nos dois primeiros meses do ano, as vendas no varejo de equipamentos de comunicação atingiram 159,4 bilhões de yuans, aumentando anualmente 26,2%, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas.

Essa taxa de crescimento foi 10 pontos percentuais mais alta do que no mesmo período em 2024 e superou todas as outras categorias importantes de bens de consumo.

A China implementou o programa de subsídios como parte de esforços mais amplos para estimular o consumo interno. De acordo com o plano, os consumidores que adquirirem smartphones, tablets, smartwatches ou pulseiras com preços abaixo de 6 mil yuans por item têm direito a um subsídio que cobre 15% do preço de venda, até um máximo de 500 yuans por item. O programa se aplica a marcas nacionais e estrangeiras.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7394
Dólar Turismo	R\$ 5,9500
Euro	R\$ 6,2096
Iuan	R\$ 0,7911
Ouro (gr)	R\$ 555,35

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Desestabilizar a Europa Oriental

Por Edoardo Pacelli

Para uma correta interpretação dos fatos relacionados à invasão russa na Ucrânia, é necessário examinar as diversas razões que levaram Moscou a empreender a ação, reprovada pela opinião pública internacional. Em 10 de fevereiro de 2007, enquanto participava da Conferência de Segurança de Munique, o líder russo fez um discurso que delinearia a futura estratégia geopolítica de Moscou. Vladimir Putin delineou o que se tornaria sua doutrina geopolítica para as sucessivas décadas.

Aquele discurso, hoje considerado um marco na estratégia russa, já continha todos os elementos que norteariam os movimentos do Kremlin: a rejeição ao unipolarismo americano, a crítica à expansão da OTAN para o Leste e a aspiração a um sistema multipolar no qual a Rússia pudesse se reafirmar como grande potência. Putin criticou o que chamou de domínio monopolista dos Estados Unidos nas relações globais e o seu “hiperuso, quase incontido, da força nas relações internacionais”. O discurso ficou conhecido, sobretudo na Rússia, como o discurso de Munique. Ele disse que o resultado de tal

domínio foi que “ninguém se sente seguro! Porque ninguém pode sentir que o direito internacional seja como um muro de pedra, que o protegerá. É claro que tal política estimula uma corrida armamentista”. Putin citou um discurso de 1990 de Manfred Wörner para apoiar sua posição de que a OTAN prometeu não se expandir para novos países da Europa Oriental.

Quase duas décadas depois, essas palavras se traduziram em ações concretas, que redesenharam o equilíbrio internacional.

A estratégia em ação

A visão de Munique não ficou no papel. Em 2008, apenas um ano depois, a Rússia interveio militarmente na Geórgia, criando as primeiras “zonas-tampão” de influência russa na Ossétia do Sul e na Abkházia. Esse conflito representou um primeiro teste prático da doutrina Putin: demonstrar que Moscou estava pronta para usar a força para defender o que considera seu “estrangeiro próximo” da influência ocidental.

A escalada continuou em 2014 com a anexação da Crimeia e o apoio aos separatistas em Donbass, em reação à “Revolução de Maidan”, que ameaçava aproximar a Ucrânia da órbita ocidental. Essa revolução foi uma

onda de manifestações e agitação civil ocorrida na Ucrânia entre 2013 e 2014. Os manifestantes exigiam maior integração europeia, além de providências quanto à corrupção no governo e a eventuais sanções por parte da Rússia. A agitação teve início na noite de 21 de novembro de 2013, com grandes manifestações públicas de protesto na Maidan Nezalezhnosti (Praça da Independência), em Kiev. A resposta russa combinou elementos militares tradicionais com novas técnicas de guerra híbrida: operações militares secretas, campanhas de desinformação e pressão econômica.

No mesmo ano, a intervenção na Síria marcou uma expansão para além do espaço pós-soviético. Ao apoiar Bashar al-Assad, Putin não apenas garantiu à Rússia uma presença estratégica no Mediterrâneo, mas se apresentou como um ator global indispensável, capaz de desafiar a hegemonia americana no Oriente Médio. Essa projeção de poder, então, se estendeu à África, particularmente à Líbia e ao Sahel, por meio do grupo Wagner e outras formas de presença.

A invasão em grande escala da Ucrânia, em 2022, representa a aplicação mais radical da visão expressa em Munique. Este não é sim-

plemente um conflito territorial, mas uma tentativa de redesenhar a arquitetura de segurança europeia, que Putin havia criticado quinze anos antes.

Desestabilizar de dentro

Hoje, a estratégia russa evoluiu para se adaptar à resistência que encontrou. Na Romênia, como foi descoberto recentemente, Moscou orquestrou uma sofisticada operação de interferência eleitoral para favorecer Călin Georgescu, um candidato presidencial pró-Rússia e antiocidental. Apesar de as pesquisas indicarem menos de 6% de intenção de voto, Georgescu, surpreendentemente, obteve 22,3% dos votos nas eleições de novembro de 2024, posteriormente anuladas pelo Tribunal Constitucional, que citou explicitamente “uma ação híbrida agressiva da Rússia”.

Essa operação seguiu um padrão já aplicado na Moldávia e na Geórgia: campanhas de desinformação nas redes sociais (especialmente no TikTok), financiamento irregular e apoio a forças políticas anti-OTAN e anti-União Europeia. Quando as eleições foram invalidadas, a Rússia explorou a situação para alimentar protestos e caos político, levando até mesmo à prisão de indivíduos acusados de planejar um golpe

com a cumplicidade russa. A estratégia para a Romênia é particularmente significativa porque demonstra como Putin está disposto a desafiar, indiretamente, até mesmo os países membros da OTAN, desde que o faça por meio de métodos híbridos que mantenham uma “negação plausível”.

Olhando para o futuro, a Rússia provavelmente continuará a implementar a visão delineada em Munique por meio de diversas estratégias complementares. Moscou tentará explorar qualquer descontinuidade na política ocidental para legitimar e consolidar seus ganhos territoriais na Ucrânia, principalmente no período que antecede as negociações com o governo Trump. Ao mesmo tempo, intensificará os esforços para enfraquecer a coesão transatlântica, alavancando as tensões entre a Europa e os Estados Unidos e as divisões internas dentro da União Europeia, com países do Leste Europeu, como a Romênia, tornando-se principais alvos dessas operações de desestabilização.

O Kremlin continuará a fortalecer alianças com China, Irã e outras potências não alinhadas ao Ocidente, em um esforço para construir um bloco multipolar capaz de contrabalançar a influência ocidental. Ao mesmo tempo, Putin ampli-

ará a presença da Rússia no Oriente Médio e na África, não se limitando a intervenções militares diretas, como na Síria, mas adotando formas mais flexíveis e menos visíveis de influência por meio de mercenários, conselheiros militares e campanhas sofisticadas de desinformação.

O caso da Romênia mostra que até mesmo os países da OTAN não estão imunes a essas tentativas de desestabilização interna. A Moldávia, não protegida pelo guarda-chuva do Pacto Atlântico e com a região separatista da Transnístria já sob influência russa, continua particularmente vulnerável à pressão direta.

A estratégia de Putin não mudou em seus objetivos fundamentais desde o discurso de Munique: o que mudou foram as táticas, que estão cada vez mais sofisticadas e adaptáveis. O próximo capítulo dessa estratégia provavelmente será caracterizado por um maior uso de guerra híbrida, com o objetivo de corroer as instituições democráticas ocidentais por dentro, em vez de desafiá-las abertamente em termos militares convencionais.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italianigma e vice-presidente do Ideus

Crédito consignado privado: quais são os riscos e os benefícios?

Por Eduardo Wigman

A recente proposta do governo de expandir o crédito consignado privado, com início previsto para março, tem gerado debates sobre seus impactos nas finanças pessoais dos trabalhadores. A medida oferece crédito mais acessível, com juros mais baixos, mas também apresenta riscos que precisam ser avaliados com cuidado. Portanto, é essencial que os trabalhadores utilizem essa modalidade de crédito com responsabilidade e façam um bom planejamento financeiro antes de contratá-la.

O crédito consignado é vantajoso em relação a outras opções, como o cheque especial e o crédito rotativo, devido às suas taxas de juros menores. Com o desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento, o controle financeiro se torna mais fácil, reduzindo o risco de inadimplência. Para quem já possui dívidas com juros elevados, essa modalidade pode ser uma oportunidade para trocar dívidas mais caras por um crédito com condições mais favoráveis.

No entanto, é fundamental planejar o comprometimento mensal das parcelas que serão descontadas diretamente da renda. Se o trabalhador não calcular

corretamente o impacto no orçamento, pode comprometer outras áreas essenciais da sua vida financeira. A facilidade do desconto direto não deve ser confundida com uma solução sem riscos.

Além disso, a escolha da instituição financeira é fundamental. O trabalhador deve estar atento às condições do contrato, como taxas de juros, prazos e valores das parcelas. A Cédula de Crédito Bancário, que formaliza a contratação, deve ser completamente compreendida para evitar surpresas. A transparência nas informações prestadas pelas instituições financeiras é crucial.

Vale ressaltar que as fintechs estão desempenhando um papel relevante na oferta de crédito. Além de apenas concederem empréstimos, elas também têm um papel educativo, ajudando seus clientes a utilizarem o crédito de forma responsável. Essas empresas fornecem ferramentas de planejamento financeiro, consultoria personalizada e cursos sobre finanças pessoais, auxiliando o trabalhador a tomar decisões mais conscientes.

Outro aspecto importante é a mudança de emprego. Se o trabalhador trocar de empresa, as parcelas continuarão a ser descontadas diretamente da sua folha de pagamento. No

entanto, a responsabilidade pelo pagamento do crédito permanecerá com ele. As instituições financeiras precisam deixar isso claro desde o início para evitar surpresas futuras.

Em resumo, o crédito consignado privado pode ser uma boa opção para trabalhadores formais que buscam condições acessíveis de crédito. No entanto, a decisão deve ser baseada em uma avaliação cuidadosa da situação financeira. Planejamento, prazos realistas e a transparência das instituições são essenciais para garantir que o crédito não prejudique a saúde financeira do trabalhador.

Antes de contratar, o trabalhador deve se per-

guntar: “Esse valor cabe no meu orçamento mensal?” Se a resposta for positiva e houver um bom planejamento, o crédito consignado pode ser uma ferramenta útil para melhorar a saúde financeira. Buscar a orientação de um especialista também é recomendável, pois decisões financeiras precisam ser bem fundamentadas. Quando utilizado com consciência e planejamento, o crédito consignado pode ser uma excelente solução sem comprometer a estabilidade financeira a longo prazo.

Eduardo Wigman é diretor de Produtos Financeiros da mentudo.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

A (nem tão) disfarçada defesa dos super-ricos

Sem espaço para combater abertamente a taxação dos ganhos isentos de 141 mil brasileiros, os defensores dos direitos dos ricos disfarçam, dizendo que o governo precisa cortar gastos para garantir a isenção de Imposto de Renda para 20 milhões de contribuintes.

Na quinta-feira, o ministro Fernando Haddad disse que nem a extrema-direita se atreveria a votar contra a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e redução da tributação até a faixa de R\$ 7 mil. No mesmo dia, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostrou que o ministro estava enganado.

A CNC se apega a 2 subterfúgios: o primeiro é que a taxação dos mais ricos, especialmente acabar com a mamata de dividendos sem imposto, é bitributação. Isso é tese antiga que já foi derrubada por especialistas.

O segundo argumento é que a redução de imposto para quem ganha menos levaria a um aumento de consumo, o que geraria inflação e acabaria prejudicando os beneficiados. Este colunista pensou que não viveria para ver uma entidade de comércio atacando o aumento das vendas...

O que está na mesa é uma tímida redução na desigualdade, tentando diminuir um quadro em que paga proporcionalmente mais quem recebe menos. Ainda não é a prometida reforma tributária da renda; mas já é um passo.

Mais salário, mais comida na mesa

Como a coluna vem publicando, e o **Monitor** reforçou esta semana (“Mesmo com inflação, cresce consumo em supermercados e restaurantes”), o aumento do emprego, do salário mínimo e do rendimento médio mensal do trabalho (R\$ 3.343 em janeiro de 2025, alta de 3,7% em 1 ano) estão garantindo alta do consumo de alimentos, mesmo com alguns produtos bem mais caros (basicamente restritos a ovo e café), mas outros (inclusive feijão e arroz), bem mais baratos.

Fevereiro foi o 2º mês consecutivo de aumento de vendas (unidades), segundo dados do Radar da Scanntech. “À primeira vista, o mês parece ter vendido -2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, ajustando o efeito do ano bissexto que ocorreu em fevereiro de 2024, observamos um crescimento de 0,8%”, comenta Felipe Passarelli, da empresa.

Além do crescimento de vendas unitárias, fevereiro destacou-se pela manutenção dos níveis de preço em relação a janeiro, que já vinha puxando uma redução nos aumentos de preço impulsionados pela cesta básica, de acordo com a Scanntech.

“O cenário sugere um possível alívio na pressão inflacionária e recuperação do consumo, mas o acompanhamento da evolução desses comportamentos nos próximos meses será essencial para entendermos se essa é uma tendência ou se trata apenas de um movimento momentâneo”, conclui Passarelli.

Rápidas

Programação especial celebrará o Dia da Música no Museu do Rio de Janeiro, 27 de março, com 2 concertos gratuitos, sendo um no Museu da Justiça e outro no Palácio Tiradentes. No mesmo dia, o idealizador do projeto, Sérgio da Costa e Silva, celebra seus 80 anos *** Entre 9 e 13 de abril, o Centro de Convenções Expomag (RJ) receberá a 17ª edição da Feira Rio Artes, com expectativa de atrair 30 mil visitantes. Mais informações em feirarioartes.com.br *** O I Simpósio Internacional de Ginecologia e Obstetria, que será realizado em 24 de maio no Hospital Alemão Oswaldo Cruz (SP), está com inscrições abertas. Inscrições em sympla.com.br/evento/i-simpósio-internacional-de-ginecologia-e-obstetria/2694782

Projetos devem aumentar segurança contra os golpes virtuais

O número de perfis falsos ou duplicados apenas na mídia social Facebook somava em outubro de 2024 cerca de 270 milhões. Esta quantidade supera em mais de 60 milhões a população brasileira que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 207 milhões. A falsa identidade na internet, como a criação de perfil falso em redes sociais, poderá se tornar crime. É o que prevê um dos projetos de enfrentamento a golpes digitais que tramita no Senado.

Segundo a Agência Senado, o projeto, apresentado em 25 de fevereiro, aguarda distribuição às comissões temáticas. Em sua proposição (PL 675/2025), a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) modifica o Código Penal para prever o crime de passar-se por outra pessoa em meio digital para obter vantagem ilícita ou causar dano à honra e a imagem das vítimas.

O projeto estabelece pena de prisão de um a cinco anos, e multa, que pode ser aumentada se forem usados dados pessoais de terceiros ou em caso de simulação de identidade de parente ou conhecido da vítima para ganho financeiro. Se os alvos do crime forem crianças e adolescentes, ido-

so ou pessoas com deficiência, ou houver exposição de imagens íntimas da vítima, a pena poderá chegar a oito anos de prisão.

Na justificativa do projeto, Damares lembra que o combate à disseminação de golpes envolvendo perfis falsos na internet é dificultada pela falta de enquadramento adequado desse crime nas normas vigentes. “A omissão legislativa ou a falta de clareza na tipificação dessas condutas têm permitido que criminosos escapem da responsabilização, deixando vítimas e suas famílias desamparadas e expostas a graves consequências sociais e emocionais”, afirma.

Registros de conexão Outro projeto, o PL 113/2020, permite que o Ministério Público e delegados de polícia solicitem os registros de conexão na internet sem a necessidade de autorização judicial prévia. Do senador Angelo Coronel (PSD-BA), a proposta original determinava que os provedores de internet exigissem a apresentação do número de CPF ou CNPJ do usuário para a criação de perfis na internet, mas foi alterada pelo relator na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP).

“Avaliamos que não é o mero cadastramento de usuários que terá o condão

de inibir a divulgação das fake news, mas sobretudo a ampliação da capacidade de atuação dos órgãos de investigação. Devemos ressaltar especialmente que, no contexto atual, o número de ocorrências vem crescendo aceleradamente a cada dia e os órgãos de repressão aos crimes virtuais precisam de instrumentos adequados para responder à sociedade de maneira cada vez mais rápida”, justificou Marcos Pontes. O projeto altera o Marco Civil da Internet, que estabelece a regra da inviolabilidade e o sigilo das comunicações na rede.

De acordo com a lei em vigor, os registros de conexão de usuários, como data, hora de uso, duração e endereços IP, devem ser guardados pelo prazo de um ano, sob sigilo, pelos administradores de internet. Esse período pode ser maior mediante solicitação do Ministério Público ou de autoridade policial sem ordem judicial. O acesso aos registros, entretanto, ainda depende de decisão da Justiça.

O texto aguarda votação na CCDD. A requerimento de Marcos Pontes, o colegiado promoverá audiência pública sobre o tema.

Extorsão digital

Também de autoria de Angelo Coronel, aguarda

tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto que insere no Código Penal o crime de extorsão digital, ou sequestro de dados. O PL 1.049/2022 prevê pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa, para quem sequestra o conteúdo do computador da vítima e cobra um valor em dinheiro pelo resgate.

Em seu relatório aprovado na CCDD, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) lembrou os ataques sofridos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2020 e pelo Ministério da Saúde em 2021. “O Brasil figura entre os principais alvos de atos do gênero. Segundo a empresa Trend Micro, cerca de 30% de todos os casos identificados no mundo em 2022 foram dirigidos a usuários brasileiros. A cifra torna o país o segundo maior destino desses ataques, atrás apenas da Índia, que responde por 33,4% dos incidentes”, afirma.

O texto em tramitação prevê ainda o aumento da pena em até dois terços nos casos em que o crime provocar a paralisação de serviços essenciais à população, comprometer dados relacionados aos sistemas de educação, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a sistemas privados de saúde, a segurança pública ou bancos de dados da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Aportes a desenvolvedores e lançadores em experiências digitais

A BlinkPlanet, plataforma internacional que integra artistas, desenvolvedores e especialistas em tecnologia para proporcionar experiências digitais exclusivas, acaba de lançar a competição Golden Sox. Esta iniciativa visa premiar artistas, criadores, desenvolvedores e lançadores de ativos digitais, oferecendo um total de US\$ 365 mil (aproximadamente R\$2 milhões, conforme a taxa de câmbio atual).

Neste cenário, a Golden

Sock concederá aportes monetários aos dez grupos de criadores de NFTs, empresas ou artistas presentes na BlinkPlanet que alcançarem as maiores receitas em 2025. Além das vendas, serão consideradas a votação do público e a avaliação de um comitê de especialistas da organização para determinar os vencedores. O primeiro colocado receberá uma premiação equivalente ao valor da sua receita, podendo atingir até US\$ 250 mil (R\$ 1,4 milhão).

“Temos grandes desenvolvedores, artistas e criadores no Brasil e no exterior; e queremos incentivá-los a explorar a Web3, que está em franca expansão”, afirma Henrique Belumat, líder de crescimento da BlinkPlanet.

A evolução do uso de ativos digitais como forma de investimento fez com que o Brasil se tornasse o principal mercado de criptoativos na América Latina, de acordo com a terceira edição do ranking Global Crypto Adoption

Index. Segundo estudo do Mercado Bitcoin, até 2030, mais de 50% dos brasileiros devem adotar ativos digitais, e é baseado nisso que iniciativas como a Golden Stock podem contribuir para elevar os ativos a um novo patamar. “O objetivo da competição é fomentar o lançamento de coleções de alto nível na Web3, estabelecendo uma conexão com o público ainda não explorado da Web2”, conclui Belumat.

TUOD PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. (“Cia.”)
CNPJ nº: 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Convidamos os Srs. acionistas para a AGE da Cia., que se realizará, de forma exclusivamente digital, no dia 31/03/25 às 14h, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: destituição e eleição de membros do Conselho de Administração da Cia. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na AGE ora convocada se encontram à disposição dos acionistas na sede da Cia., na forma do artigo 135, §3º, da Lei nº 6.404/76. Conforme facultado pelo artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76, para melhor conveniência dos acionistas, a Cia. realizará a AGE de forma exclusivamente digital, por videoconferência. A Cia. enviará um link via e-mail aos acionistas, para que possam acessar o sistema da videoconferência por meio de qualquer aparelho com acesso à internet. Caso qualquer acionista se faça representar na AGE por procuração, deverão ser observados os termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76. SP, 21/03/25. Mariana de Mello Vaz Albuquerque - Presidente do Conselho de Administração.

BRASIL TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (“Cia.”)
CNPJ/MF nº: 35.764.708/0001-01 NIRE 35300546113
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2025
DATA, HORA E LOCAL: No dia 20 de março, do ano de dois mil e vinte e cinco (20/03/2025), às oito horas, (08:00), na sede social da Brasil Tecnologia e Participações S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes Carvalho, nº 1.510, Conjunto 12, Vila Olímpia, CEP 04547-005. Convocação e Presença: Dispensada as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Mesa: Gustavo Pozzebon Stock – Presidente; Alcyr Soares Cardoso – Secretário. Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação, nos termos do artigo 13, inciso XVIII do Estatuto Social da Companhia, da prestação de garantia fidejussória adicional, na forma de fiança, pela Companhia (“Fiança”), no âmbito da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única (“Notas Comerciais” e “Emissão”, respectivamente), nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 (“Lei 14.195”) para distribuição pública, no valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), da BTT TELECOMUNICAÇÕES S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Guajajaras, nº 931, salas 600 e 700, CEP 30180-105, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 39.565.567/0001-40 (“Emitente”), de acordo com os termos e condições previstos no “Termo de Emissão da 3ª (Terceira) Emissão de Notas Comerciais, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, BTT Telecomunicações S.A.” e respectivos aditamentos (“Termo de Emissão”); (ii) a aprovação da renúncia expressa pela Companhia aos benefícios de ordem, novação, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos na legislação aplicável; (iii) a autorização à Diretoria Executiva e/ou procuradores da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria Executiva da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Fiança. Deliberações: Instalada a Reunião, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer restrições, aprovadas pela unanimidade dos sócios da Companhia: (i) aprovar, nos termos do artigo 13, inciso XVIII do Estatuto Social da Companhia, a outorga da Fiança, pela Companhia, no âmbito da Emissão, para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações garantidas, nos termos do Termo de Emissão; (ii) aprovar a renúncia expressa, pela Companhia, a todos e quaisquer benefícios de ordem, novação, direitos e facultades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Código Civil e demais legislação aplicável; (iii) autorizar a Diretoria Executiva e/ou procuradores da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, podendo celebrar celebrando todo documento se fizerem necessário, bem como providenciar arquivamento, averbação, comunicação e o registro da Fiança perante todos e quaisquer órgãos públicos necessários para a validade e eficácia da Fiança ou qualquer outra providência necessária para o cumprimento de qualquer natureza previstos nos Código Civil e demais legislação aplicável; (iv) autorizar a Diretoria Executiva e/ou procuradores da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, podendo celebrar celebrando todo documento se fizerem necessário, bem como providenciar arquivamento, averbação, comunicação e o registro da Fiança perante todos e quaisquer órgãos públicos necessários para a validade e eficácia da Fiança ou qualquer outra providência necessária para o cumprimento de qualquer natureza previstos nos Código Civil e demais legislação aplicável; (v) encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e como ninguém mais desejou fazer o uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes: Assinaturas Sr. Gustavo Pozzebon Stock (Presidente), e Alcyr Soares Carrasco (Secretário); Conselheiros Presentes: Fábio Bonadiman, Gustavo Pozzebon Stock e Alcyr Soares Cardoso São Paulo, 20 de março de 2025. Certilho e dou fé que é cópia fiel do documento lavrado no livro próprio. Mesa: GUSTAVO POZZEBON STOCK – Presidente, ALCYR SOARES CARDOSO – Secretário, Conselheiros presentes: GUSTAVO POZZEBON STOCK, ALCYR SOARES CARDOSO, FÁBIO BONADIMAN.



Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444



MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Dia Mundial da Água

A água, segundo a ONU é um direito humano fundamental e indispensável para alcançar qualquer outro direito humano. Afeta a nossa qualidade de vida, pois a água não tratada e sem qualidade aumenta as doenças especialmente em crianças e idosos além de ser necessária ao uso múltiplo, seja pra uso próprio, de animais e lavouras.

O novo marco do saneamento básico, Lei 14.026 de 2020, previu a universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário até 2033. Além, o direito ao acesso à água de qualidade consta dentre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, (ODS 6). Não obstante, ainda temos no Brasil milhões de pessoas sem acesso à água de qualidade e ao saneamento básico.

Recente relatório do Instituto Trata Brasil (ITB) – “Saneamento é saúde: como a falta de acesso à infraestrutura básica importa na incidência de doenças (DRSAI)” – revela que doenças relacionadas à falta de saneamento levaram mais de 300 mil pessoas ao hospital no ano de 2024 por verminoses, diarreias e mosquitos, mas, apesar disso, a universalização do saneamento ainda não é uma realidade, especialmente em áreas rurais e em comunidades tradicionais.

O Maranhão foi o pior estado na análise da incidência total de Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado, aponta o relatório. (in <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/03/RELEASE-Saneamento-e-saude-Como-a-falta-de-acesso-a-infraestrutura-basica-afeta-as-incidencias-de-doencas-relacionadas-ao-saneamento-ambiental-inadequado-no-Brasil-TRATA-BRASIL.pdf>).

A Constituição Federal de 1988 atribuiu à União a criação de um Sistema Nacional de Recursos Hídricos que foi instituído pela Lei 9.433 de 1997, conhecida como Lei das Águas. A partir de então houve uma nova concepção da água como bem de domínio público que modificou a antiga visão do Código das Águas de 1934. Assim, a nova lei permitiu o gerenciamento compartilhado dos Recursos Hídricos levado a efeito com a criação, em 2000, da Agência Nacional de Águas (ANA) que, juntamente com outros atores coordena a política de águas no Brasil.

Apesar de uma atuação integrada dos diversos entes estatais e da presença da sociedade civil nos comitês de bacias, ainda não fizemos o dever de casa, e, agora, as mudanças climáticas também estão influenciando na possibilidade de acesso universal à água. Apesar de precisarmos reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera em 43% até 2030, estamos aumentando, e eventos de secas na região Norte e no Pantanal e inundações na região Sul, além de menor disponibilidade hídrica com a diminuição da vazão em todas as bacias hidrográficas, demandam urgente adaptação e gestão mais eficaz.

Na véspera do Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, e próximo à realização da COP30 no Brasil, continuam as internações por falta de saneamento básico (DRSAI) e ainda não são devidamente priorizados investimentos para acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgotos. As tristes imagens veiculadas essa semana de derramamento de esgoto em praias paradisíacas como Porto de Galinhas e no litoral da Paraíba mostram o tamanho do problema. Nesses locais está havendo densa ocupação humana, com novas e inúmeras construções de hotéis, pousadas e residências à beira-mar, sem que haja uma contrapartida eficiente para o tratamento da água especialmente por parte do setor empresarial que explora tais empreendimentos.

A água é fonte de dignidade humana, e a participação da sociedade em sua gestão é fundamental, seja protegendo os mananciais, não edificando na faixa de 30 a 500 metros dos cursos d’água, pagando os custos dos serviços para captação, saneamento e gestão, dando destinação correta ao lixo, promovendo a educação ambiental, atuando e fiscalizando quanto ao uso racional da água, sua qualidade e direito de acesso a todos.

Atividade do comércio recuou 0,2% em fevereiro

Em fevereiro, conforme o Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian, a atividade do varejo físico brasileiro registrou retração de 0,2%, em comparação ao mês anterior. Para a economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack, “essa ligeira redução pode ser reflexo da inflação e dos juros que permanecem elevados, exercendo impacto no poder de compra dos consumidores”.

“Adicionalmente, uma parcela significativa da população encontra-se inadimplente, agravando a situação ao comprometer a renda disponível, levando os consumidores a priorizar o pagamento de dívidas, em detrimento da realização de novas compras”, complementa Camila.

Outros dados do índice mostraram, também, que três setores da economia apresentaram alta no período: combustíveis e lubrificantes, material de construção e móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática. Já supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas, veículos motos e peças e tecidos, vestuário, calçados e acessórios tiveram queda.

No comparativo entre fevereiro deste ano e o mesmo mês de 2024, o crescimento da atividade do comércio fi-

sico foi de 5,3%. Nesse cenário, foi o setor de veículos, motos e peças que teve a maior expansão (10,9%), seguido por material de construção (9,1%), combustíveis e lubrificantes (5,5%), supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (4,5%), móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática (1,9%) e tecidos, vestuário, calçados e acessórios (1,5%).

Já segundo a Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista no Estado de São Paulo (PCCV), realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), a partir de informações da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), o varejo no Estado de São Paulo fechou 2024 com um desempenho excepcional, com o volume total de vendas alcançando R\$ 1,42 trilhão – alta de 9,3% em comparação a 2023. É o maior faturamento da série histórica iniciada em 2008 e a maior taxa de crescimento desde 2021. Em termos absolutos, esse desempenho representa R\$ 121 bilhões a mais em receitas em relação ao ano anterior.

No mês de dezembro, as vendas do varejo avançaram 7,3% em comparação ao mesmo período de 2023, e também atingiram

a maior cifra – R\$ 138,6 bilhões – para um mês desde o início da série histórica. Na visão da Fecomércio-SP, essa performance favorável é reflexo, principalmente, do mercado de trabalho aquecido, que resulta em um aumento no contingente de pessoas com capacidade de consumir, além de fatores como expansão do crédito e aumento da renda, que culminaram em uma forte propensão ao consumo no segundo semestre, impulsionada pela Black Friday, pelas compras de final de ano e pela injeção do 13º salário.

“Outro fator que contribuiu para o resultado positivo foi o avanço da digitalização e omnichannel, já que as empresas seguiram apostando na integração entre lojas físicas e online, ampliando o alcance das vendas”, afirma Fábio Pina, assessor econômico da entidade.

De acordo com a pesquisa da Fecomércio-SP, as nove atividades pesquisadas encerraram 2024 com alta no faturamento, em comparação a 2023. As maiores variações ocorreram nas vendas das concessionárias de veículos (17,9%) e das lojas de autopeças e acessórios (14,3%). Destaque também para as farmácias e perfumarias (11,7%), lojas de vestuários, tecidos e calçados (10,7%) e móveis e decoração (10,5%).

O varejo do município de São Paulo também fechou 2024 com resultado positivo, exibindo um crescimento de 9,9% em relação ao ano anterior e batendo o recorde de faturamento com uma receita de R\$ 441,4 bilhões em 2024, cerca de R\$ 39,7 bilhões acima do apurado em 2023. Em dezembro, a capital teve um aumento de 6,8% nas vendas, atingindo a cifra de R\$ 43,4 bilhões no mês, também a maior receita mensal da série histórica.

Na visão da Fecomércio-SP, o ano de 2025 deve ser extremamente desafiador, considerando a atual conjuntura de inflação acima do teto da meta e o ciclo de alta da taxa Selic, que já estão afetando a confiança dos consumidores e devem influenciar as vendas ao longo do ano. As vendas das concessionárias de veículos e de materiais de construção, que comercializam bens duráveis, em que a venda normalmente depende de crédito e compromete a renda ao longo de vários meses, já mostraram sinais de desaceleração no último trimestre do ano. Nesse contexto, “empresas do setor precisarão ajustar suas estratégias para manter a competitividade e preservar margens em um possível cenário de menor crescimento em 2025”, recomenda Fábio Pina.

Cinco milhões de imóveis com geração própria nos telhados e solo

A fonte solar atingiu a marca de 55 gigawatts (GW) de potência instalada operacional no Brasil, segundo balanço da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), com o somatório da geração própria de pequenos sistemas com as grandes usinas solares conectadas no sistema nacional e espalhadas pelo país. O marco é acompanhado pelos 5 milhões de imóveis (unidades consumidoras) abastecidos pela geração distribuída fotovoltaica nos telhados e pequenos terrenos.

No acumulado, atualmente, são cerca de 37,4 GW de potência instalada da fonte solar na geração própria e aproximadamente 17,6 GW de capacidade operacional nas grandes usinas conectadas no Sistema Interligado Nacional (SIN). Pelo balanço da Absolar, a fonte solar já evitou a emissão de cerca de 66,6 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade, contribuindo para a transição energética no Brasil. Atualmente, a tecnologia representa 22,2% de toda a capacidade instalada da matriz elétrica, sendo a segunda maior fonte.

Desde 2012, o setor fo-

tovoltaico trouxe ao Brasil mais de R\$ 251,1 bilhões em novos investimentos, gerou mais de 1,6 milhão de empregos verdes e contribuiu com mais de R\$ 78 bilhões em arrecadação aos cofres públicos.

Apesar do relevante crescimento da última década, o setor tem enfrentado grandes desafios que prejudicam a aceleração da transição energética sustentável no país. Entre os principais gargalos identificados pela Absolar, estão a falta de ressarcimento aos empreendedores pelos cortes de geração renovável e os obstáculos de conexão de pequenos sistemas de geração própria solar, sob a alegação de inversão de fluxo de potência, sem os devidos estudos técnicos que comprovem eventuais sobrecargas na rede.

Na avaliação da Absolar, se não fossem esses entraves, o setor poderia contribuir ainda mais na sustentabilidade e atender um volume maior de consumidores, de todos os perfis, que buscam economia, independência e autonomia. No caso das grandes usinas solares, a ausência de ressarcimento pelas regras da Anel para os

cortes de geração traz insegurança jurídica e maior percepção de risco.

Atualmente, a participação da geração própria solar ainda é pequena, de cerca de 5%, frente as 93,9 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica no mercado cativo brasileiro. “Com a queda de mais de 50% no preço dos painéis solares nos últimos dois anos, vivemos o melhor momento para se investir em sistemas fotovoltaicos em residências, empresas e propriedades rurais. E ainda há um enorme potencial de crescimento do uso da tecnologia fotovoltaica”, aponta Ronaldo Kolozuk, presidente do Conselho de Administração da Absolar.

Já Rodrigo Sauer, CEO da associação, destaca que, ao aproximar a geração de eletricidade dos locais de consumo, a geração própria solar reduz o uso da infraestrutura de transmissão, alivia a pressão sobre a operação e diminui as perdas em longas distâncias, o que contribui para a confiabilidade e a segurança em momentos críticos como verificado neste início de ano, de calor elevado e alta demanda por energia elétrica no Brasil.

“O avanço da energia solar também amplia o protagonismo do Brasil na geopolítica da transição energética global, sendo uma das fontes mais competitivas e a mais democrática. E contribui fortemente para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em todas as esferas da sociedade”, acrescenta Sauer.

O dirigente ressalta a necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023, que institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe), justamente para trazer soluções aos desafios enfrentados pela geração distribuída solar com as alegações de inversão de fluxo de potência, tão prejudiciais aos consumidores e às operações do segmento. “Além de beneficiar famílias em condição de pobreza energética, este PL atualiza a Lei nº 14.300/2022, corrigindo restrições de conexão às redes de distribuição, que atualmente inviabilizam milhares de sistemas de geração distribuída solar e prejudicam o direito do consumidor de investir em seu sistema de geração própria solar”, pontua.

CLUB MED BRASIL S.A.

CNPJMF nº 03.010.384/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: É com grande satisfação, que a Administração do Club Med Brasil S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Desempenho Operacional:** O Club Med com os seus três Villages: Rio das Pedras, Trancoso e Lake Paradise, é um dos líderes no segmento All Inclusive no Brasil. O ano de 2024 entrou para a história do Club Med Brasil, com o melhor resultado da Companhia, atingindo R\$ 79.9 milhões, superando o ano de 2023 (R\$ 34.2 milhões), que já tinha sido histórico. Estamos orgulhosos dos resultados alcançados, com uma profunda transformação, que agora está visivelmente clara nos nossos resultados consistentes dos últimos 3 anos. Os resultados positivos mostram que toda a estratégia de propor uma experiência de luxo nos nossos Villages (Estratégia de Upscale) ao longo dos anos. No ano de 2024, foram investidos R\$ 51 milhões (2023 – R\$ 39 milhões), com a continuação da renovação dos nossos Villages, principalmente o Village de Rio das Pedras, para a renovação dos quartos Delux, o Centro de Convenções, o Bar principal e, também, o restaurante Jangada. Atualmente, todos os nossos três Villages estão completamente renovados. Tivemos em 2024, mais uma campanha de sucesso de vendas para os destinos de neve na Europa e Canadá. Isto mostra toda a confiança e satisfação dos nossos clientes com os nossos serviços e acomodações. No segmento de Grupos de Lazer e Eventos em 2024 tivemos mais um ano de sucesso, com uma excelente performance. A parceria com uma

das maiores empresas de casamento e festas do Brasil, a Vila Bisutti, tem crescido ano após ano e tem se mostrado um sucesso. Em 2024 inauguramos mais um espaço de casamentos e eventos no Village de Rio das Pedras. Com isto, os nossos três Villages contam com o espaço para casamentos e eventos, sendo em Lake Paradise, temos 2 casas. No segmento individual dos Villages do Brasil, com os nossos três Villages totalmente renovados, aumentamos a nossa taxa de ocupação, em relação ao ano de 2023 e, também, a nossa pesquisa de satisfação melhorou significativamente, mostrando que os nossos Clientes (GMs) aprovaram totalmente os investimentos feitos nos Villages e, que o espírito Club Med continua sendo um diferencial da concorrência. Tivemos um resultado histórico, com Lucro Líquido de R\$ 79.9M o maior da história do Club Med Brasil. Fechamos o ano de 2024 com um saldo de caixa de R\$ 25M, com uma geração operacional de caixa de R\$ 61.5M. Isto mostra a posição sólida da companhia. Crescimento de 9% do faturamento, em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 596.6 milhões. **Gramado:** Em 2023 foi anunciado a construção do nosso quarto Village no Brasil, na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, com investimentos previstos na ordem de R\$ 1 Bilhão e será o primeiro 100% Exclusive Collection no Brasil. O projeto está em Fast-Track, ao longo de 2024 foi finalizado o projeto e depositado na Prefeitura de Gramado para as devidas aprovações. Esperados a aprovação final para o início de 2025, com inauguração prevista para final de 2026. O empreendimento será em parceria com a empresa DC Set Group, uma das maiores empresa especializada em entretenimento. O empreendimento une a qualidade do Club Med de hospitalidade de alto luxo, com a experiência DC Set de inovação e entretenimento. **Responsabilidade social:** Focamos, tam-

bém, em responsabilidade social ou CSR (Corporate Social Responsibility na sigla em inglês), que se tornou um dos Pilares da Companhia, com ações em: **• Energia limpa:** Que somente em 2024 deixamos de emitir 1,7 toneladas de CO₂. **• Produtores locais:** Investimos nas comunidades de agricultores próximos aos Villages. **• By By Plastic:** Visa a eliminação do uso do material plástico em todos os ambientes da Companhia. **• Redução e desperdício de alimentos:** Conscientizar o consumo correto, sem desperdício. Entre outras ações de responsabilidade social. **Perspectivas:** Entramos em 2025 prontos para escrever um novo capítulo da odisséia Club Med, abraçando os novos sonhos e aspirações dos nossos clientes e colaboradores, isto, guiado pelo espírito Club Med que nos torna únicos no Brasil e no mundo. Em um mundo que precisa dos nossos valores de liberdade, bondade, multiculturalidade, espírito pioneiro e responsabilidade, o Club Med continua a oferecer momentos de felicidade compartilhada todos os dias. Estamos ambiciosos, pois os resultados dos dois últimos anos, corroboraram com as nossas estratégias e nos deram a certeza de que estamos no caminho certo. As prioridades para 2025 são: **• Investimentos em Marketing,** para continuarmos sendo líderes no segmento de vendas para o destino neve na Europa e Canadá e, também, para ganhar Market Share no mercado nacional. **• Investir nos nossos talentos (colaboradores).** **• Entregar o espírito Club Med e atender as expectativas dos nossos Clientes.** **• Responsabilidade social.** **• Início da construção do novo Village de Gramado.** **Agradecimentos:** Ao término de mais um ano grandioso, agradecemos o apoio recebido de nossos acionistas e colaboradores pela dedicação e entusiasmo, assim como a confiança dos nossos fornecedores nos planos empreendedores. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Balancos Patrimoniais para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em MR\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	25.087	12.787
Contas a receber (nota 5)	230.528	188.243
Estoques	15.652	15.795
Despesas antecipadas	4.245	4.091
Impostos a recuperar	1.437	1.182
Adiantamentos a fornecedores	216	11
Outros créditos	870	968
Total dos ativos circulantes	278.035	223.077
Ativo não Circulante		
Partes Relacionadas (nota 10)	349.838	247.930
Depósitos judiciais	4.336	4.381
Investimentos	45	45
Imobilizado (nota 6)	570.948	552.676
Total do ativo não circulante	925.167	805.032
Total do Ativo	1.203.202	1.028.109

Passivo e Patrimônio Líquido 31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Fornecedores	16.149	16.437
Dividendos (nota 8)	30.371	-
Estadas não consumidas (nota 7)	522.351	423.451
Salários, e contribuições	14.614	14.045
Impostos e taxas a recolher	3.829	3.674
Arrendamentos (nota 6)	16.510	13.950
Outros	22.175	19.633
Total do passivo circulante	625.999	491.190
Passivo não Circulante		
Arrendamentos (nota 6)	388.931	385.558
Partes relacionadas (nota 10)	12.550	18.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.437	10.802
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas (nota 12)	14.889	14.485
Total do passivo não circulante	419.807	429.076
Total do Passivo	1.045.806	920.266
Patrimônio Líquido (Nota 8)		
Capital social	107.445	198.112
Reserva de capital	4.394	398
Reserva de lucros	45.557	-
Prejuízos acumulados	-	(90.667)
Total do patrimônio líquido	157.396	107.843
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.203.202	1.028.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em MR\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de serviços hoteleiros e turísticos	596.647	548.273
Impostos e contribuições s/vendas e serviços	(22.557)	(22.392)
Receitas líquidas das vendas e serviços	574.090	525.881
Custos das vendas e serviços prestados (nota 13)	(135.148)	(129.497)
Lucro Bruto	438.942	396.384
Receitas (Despesas) Operacionais		
Gerais e administrativas (nota 13)	(274.772)	(261.230)
Impostos e Taxas	(8.009)	(11.891)
Depreciações	(51.154)	(46.637)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(34.895)	(37.946)
Variação Cambial	(28)	5
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	2.474	5.736
Total das despesas operacionais	(366.384)	(351.963)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.365	(10.194)
Lucro Líquido do Exercício	79.923	34.227
Lucro por lote de mil ações	403	173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em MR\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2022	198.112	398	-	(124.894)	73.616
Lucro do exercício	-	-	-	34.227	34.227
Saldo em 31/12/2023	198.112	398	-	(90.667)	107.843
Redução do capital social	(90.667)	-	-	90.667	-
Lucro do exercício	-	-	-	79.923	79.923
Distrib. do lucro do exercício	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.996	-	(3.996)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(30.370)	(30.370)
Reserva de lucros	-	-	45.557	(45.557)	-
Saldo em 31/12/2024	107.445	4.394	45.557	-	157.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continue questionando as ações. Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável à Companhia. **3.11. Demais ativos circulantes e realizável não circulante:** São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. **3.12. Imobilizado:** São demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. **3.13. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estão incluídos nos ativos correntes, exceto aqueles com maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo estes classificados como ativos não correntes. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **3.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, de que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem necessários para se liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos assessores legais externos e avaliação da Administração. Quando a avaliação pressupõe chances de perda mais prováveis que sim do que não de que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, são constituídas as devidas provisões relacionadas aos referidos riscos. Quando a avaliação pressupõe chances de perda possíveis, os riscos contingenciais são divulgados em nota explicativa às Demonstrações Financeiras, porém não são provisionados contabilmente. Ativos contingentes são registrados contabilmente somente quando sua realização é praticamente certa e quando independe de qualquer ação ou omissão de terceiros. **3.15. Demais passivos circulantes e exigíveis não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. **3.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Novas normas e alterações foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, no entanto, na opinião da Administração, não há impacto significativo nas informações financeiras da Companhia. Não houve mudanças de qualquer natureza em relação a políticas e métodos de cálculo de estimativas aplicados em 31 de dezembro de 2024 quando comparados a 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
4. Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Recursos em banco e em caixa	2.141	278
Aplicações financeiras	22.946	12.509
	25.087	12.787

As aplicações financeiras consistem em certificados de depósitos bancários (CDB) de bancos de primeira linha, são remuneradas em base percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata, com baixo risco de mudança de valor em caso de vencimento antecipado.

	31/12/2024	31/12/2023
5. Contas a Receber de Clientes:		
Contas a receber de clientes	230.528	188.243

Referem-se majoritariamente a contas a receber de operadoras de cartão de crédito.

	Taxa anual de depreciação	Em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Em 31/12/2024
6. Imobilizado:						
Custo						
Terrenos	-	22.006	-	-	-	22.006
Edificações	-	117.622	3.797	-	-	121.447
Benefitória em imóvel de terceiros	Tempo do contrato	142.035	39.209 (6.235)	524	-	175.533
Máquinas e equipamentos	10%	63.866	4.032 (205)	26	-	67.719
Móveis e utensílios	10%	10.907	-	-	-	10.907
Outros Ativos	10% a 20%	16.227	3.220 (14)	102	-	19.535
Direito de uso – IFRS 16	Tempo do contrato	469.063	20.404	-	-	489.467
Imobilizado em progresso		2.367	1.224	-	(680)	2.911
		844.093	71.886 (6.454)	-	-	909.525
Depreciação						
Edificações		(40.479)	(6.245)	-	-	(46.724)
Benefitória em imóvel de terceiros		(78.342)	(12.103)	3.851	-	(86.594)
Máquinas, equipamentos e instalações		(37.185)	(5.411)	133	-	(42.463)
Móveis e utensílios		(10.275)	(39)	-	-	(10.314)
Outros Ativos		-	-	-	-	-
Fixos		(11.061)	(2.215)	10	-	(13.266)
Direito de uso – IFRS 16		(114.075)	(25.141)	-	-	(139.216)
		(291.417)	(51.154)	3.994	-	(338.577)
Total imobilizado		552.676	20.732 (2.460)	-	-	570.948

Impairment de ativos não financeiros: O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **Arrendamentos:** (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial. O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2024	2023
Ativos de direito de uso imóveis	350.251	354.988
Passivos de arrendamentos Circulante	16.510	13.950
Não circulante	388.931	385.558

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em MR\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	79.923	34.227
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações	26.013	22.221
Depreciação – Arrendamentos	25.141	24.416
Depósitos Usados	274	4.757
Juros sobre arrendamentos	35.452	34.036
Arrendamentos pagos	(49.942)	(48.015)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(42.285)	(22.394)
Estoques	143	(2.791)
Partes relacionadas	(101.888)	(93.223)
Impostos a recuperar	(25)	7.468
Adiantamentos para fornecedores	(205)	(11)
Outros	(56)	(228)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(288)	(1.490)
Partes relacionadas	(5.681)	2.276
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	404	(6.454)
Estadas não consumidas	98.900	23.511
Outros	(4.099)	12.001
Caixa gerado pelas atividades operacionais	61.551	(11.693)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

	2024	2023
Imobilizado financeiro e Depósitos judiciais	(229)	(495)
Aquisição de Imobilizado e investimentos	(51.482)	(38.973)
Venda de ativo imobilizado	2.460	537
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(49.251)	(38.931)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

	2024	2023
Aumento (Redução) do Saldo de Disponibilidades	12.300	(50.624)

Disponibilidades

	2024	2023
Saldo Inicial	12.787	63.411
Saldo Final	25.087	12.787

Aumento (Redução) do Saldo de Disponibilidades

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2024	2023
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas)	25.141	24.416
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	35.452	34.036

A Companhia aluga complexos hoteleiros e andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 5 anos a 30 anos. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 01 de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. **Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Club Med 			CLUB MED BRASIL S.A.			CNPJMF nº 03.010.384/0001-11		
<p>de 2024, os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social acumulados totalizavam R\$264.792 e R\$264.874, respectivamente (Em dezembro de 2023, R\$283.840 e R\$283.757), sem prazo de prescrição para fins de compensação, limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. Em razão de incerteza neste momento quanto à utilização desses créditos fiscais no futuro, não foram consignados nas informações financeiras do exercício o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Os referidos créditos fiscais serão registrados somente por ocasião da apuração de resultado tributável em exercícios fiscais futuros. A Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), previsto na Lei 14.148/2021 e posteriores alterações, que dispõe sobre ações para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19.</p> <p>10. PARTES RELACIONADAS: No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, provenientes de operações de venda e compra de serviços e operações de mútuos, pactuadas em condições baseadas em contrato e em condições de mercado. a. Transações e saldos: Os saldos das operações com partes relacionadas estão assim demonstrados:</p>								
Partes relacionadas			Dez/23	Movimento do ano	Dez/23			
Club Med AMS			247.930	101.908	349.838			
Ativo			247.930	101.908	349.838			
Club Med Paris			(485)	-	(485)			
483Itaparica S/A			(2.744)	(88)	(2.832)			
Club Med Miami			(454)	-	(454)			
STE Operadora			(50)	-	(50)			
Club Med Férias			(14.498)	5.769	(8.729)			
Passivo			(18.231)	5.681	(12.550)			
b. Resultado: Receita de comissão e estadas:			31/12/2024	31/12/2023				
CLUB MED Férias			69.108	62.650				
<p>11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Em 31 de dezembro de 2024, os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia registrados no balanço, refletem praticamente os seus valores de mercado, considerando variáveis e estimativas praticados no mercado para operações de prazo e risco similares. Principais Fatores de Risco da Companhia: a) Risco de taxa de juros: Em relação ao risco de taxa de juros, da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. A Companhia não vem celebrando contratos de derivativos para cobrir esses riscos, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado e a flutuação das moedas estrangeiras, a fim de observar eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Risco de crédito: O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 83% das vendas da Companhia serem realizadas através de cartões de crédito administrados por terceiros. A Companhia vem monitorando continuamente a posição de seus recebíveis, a fim de observar possíveis perdas e consequentemente avaliar eventual necessidade de registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa. 12. PASSIVOS CONTINGENTES: Os passivos contingentes decorrentes de litígios em discussão estão, em sua maioria, conservadoramente amparados por depósitos judiciais e, quando aplicável, por provisões de montante equivalente às perdas estimadas como prováveis, de acordo com as avaliações de riscos procedidas pelos advogados da Companhia, em conjunto com a Administração.</p>								
			Ambi-ental	Crimi- Cível	Traba- nal Fiscal	Traba- lhoista	Total	
31 de dezembro de 2023			2.108	-	1.950	10.427	14.485	
Acréscimos de provisão			309	1.917	-	154	6.065	8.445
Reversão de provisão por uso			-	(56)	-	-	(4.601)	(5.457)
Redução de provisão			-	(1.172)	-	(53)	(1.359)	(2.584)
31 de dezembro de 2024			309	1.997	-	2.051	10.532	14.889
Causas Possíveis em dez/23			550	12.007	12	2.950	22.236	37.755

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do Club Med Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Club Med Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Club Med Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com

as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administra-

ção. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 21 de fevereiro de 2025

EXPERTISA
 **Expertisa Auditores Independentes**
 CRC RJ 005875/O-0
 CVM 12130 / CNAI PJ 000293

Jean-Marc Vin - Sócio
 CRC RJ 092319/O-2 - CNAI 1531

Mercado brasileiro de bebidas deve continuar crescendo

Brasil: 6º no mundo em não alcoólicas e 3º em alcoólicas

O Brasil possui uma forte indústria de alimentos e bebidas líquidas e tem apresentado bons resultados tanto em exportações de máquinas para processamento e embalagem de alimentos, como no consumo de bebidas não alcoólicas e alcólicas. Os dados sobre o mercado foram apresentados por Richard Clemens, diretor Executivo da VDMA, durante o Roadshow da drinktec 2025, principal feira mundial do setor, promovido em São Paulo, pela Yontex e Messe Muenchen do Brasil, em parceria com a VDMA.

Em 2024, o país chegou à 6ª posição no mercado de bebidas não alcoólicas, com 29 bilhões de litros. A expectativa de crescimento até 2028 é de 10%, segundo a Euromonitor. Na América Latina, o mercado alcançou mais de 115 bilhões de litros, sendo que os refrigerantes respondem por mais da metade do consumo, com 63 bilhões de litros, seguidos pela água engarrafada, com 33 bilhões de litros, e pelos sucos, com 12 bilhões de litros. Na região, a liderança é do México.

bidas alcoólicas, o Brasil ocupa o terceiro lugar, atrás da China e dos Estados Unidos, com pouco menos de 16 bilhões de litros, sendo a cerveja a bebida alcóolica mais popular, com 15 bilhões de litros, e de maior participação (mais de 90%). A América Latina é a terceira maior região em consumo de bebidas alcoólicas, com 42 bilhões de litros.

No caso dos equipamentos, o Brasil é o principal mercado na América do Sul e está entre os 20 maiores do mundo. As exportações globais de máquinas para processamento e embalagens de alimentos para o país somaram 749 milhões de euros em 2023, o que corresponde a um aumento de 18,5% em relação ao ano anterior. A Itália é o principal fornecedor, seguido pela Alemanha. Já o volume de máquinas exportadas pelo Brasil para o mundo, em 2023, alcançou 260 milhões de euros, sendo os principais mercados: os Estados Unidos, Paraguai, Argentina, Bolívia, México e Colômbia.

Mais de 170 países estarão presentes, entre os dias 15 a 19 de setembro, em Munique (Alemanha), na drinktec

2025, para conhecer principais tendências, lançamentos e inovações que moldarão o futuro do mercado global de bebidas e alimentos líquidos. Serão mais de 1200 expositores, de 60 nações, divididos em 11 pavilhões, que levarão mais de 1.000 soluções inovadoras, que estão em fase de desenvolvimento, em projetos pilotos ou finalizadas.

“As principais empresas da cadeia de valor do setor de bebidas e alimentos líquidos, desde matérias-primas até logística, participarão do evento. Não existe outro ambiente no mundo como a drinktec, pois é possível ver os equipamentos em funcionamento, comparar tecnologias, ter contato com profissionais e companhias, conhecer lançamentos, conversar e compartilhar experiências e conhecimento com pesquisadores e especialistas em P&D, além da realização de negócios”, destacou Susanne Blüml, especialista em Comunicação e Imprensa na Yontex, parceira da Messe Muenchen, durante Roadshow da drinktec.

De acordo com pesquisa realizada pela Yontex, entre

93% a 99% dos visitantes avaliam que a drinktec adiciona valor aos seus negócios, principalmente pela ampla gama de soluções expostas que atendem pequenas, médias e grandes empresas e pela internacionalidade da feira. Outro destaque do evento, segundo Susanne, é o Liquidome, programa de apoio, que recebeu novo formato, com diversas apresentações de pesquisas e inovações, participação de startups e degustações, possibilitando maior intercâmbio de informações e comunicação entre pesquisadores, visitantes e expositores.

Sobre os temas principais do evento: Economia Circular e Gestão de Recursos, Data2Value e Estilo de Vida e Saúde, Richard Clemens, da VDMA, explicou que o foco da indústria está em sistemas de reciclagem inteligentes e gerenciamento sustentável de recursos tanto no processo de produção quanto no de embalagem, o que inclui, por exemplo, tratamento integrado de processos e águas residuais e recuperação de energia de materiais residuais, que contribuem para conservar recursos e promover a economia circular.

CVM alerta para atuação irregular da Albi Corporation Ltd

Foi determinada suspensão imediata de ofertas públicas de serviços de intermediação de valores mobiliários Albi Corporation Ltd. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alerta ao mercado de capitais e ao público em geral sobre a atuação da empresa.

De acordo com a Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediário (SMI), foram identificados indícios de que esta empresa, que se apresenta como responsável pelas páginas www.capivo.com e www.capivo.com/pt/home, busca captar recursos de investidores residentes no Brasil para a realização de operações com valores mobiliários.

A empresa Albi Corporation Ltd não possui autorização da CVM para intermediar valores mobiliários ou captar recursos de investidores para aplicação em valores mobiliários.

Por meio do Ato Declaratório CVM 23.178, a autarquia determinou à em-

presa a imediata suspensão de qualquer oferta pública de serviços de intermediação de valores mobiliários, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de sites, aplicativos ou redes sociais, pelo fato de ela não integrar o sistema de distribuição previsto no art. 15 da Lei 6.385.

Caso a determinação da CVM não seja adotada, a empresa e pessoas que venham a ser identificadas como participantes dos atos irregulares estarão sujeitos à multa cominatória diária no valor de R\$ 1.000,00.

A CVM pede que caso o investidor receba proposta de investimento por parte da empresa citada, entre em contato com a autarquia por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão -SAC (https://www.gov.br/cvm/pt-br/canais_atendimento/consultas-reclamacoes-denuncias/sac), preferencialmente fornecendo detalhes da oferta e a identificação das pessoas envolvidas, a fim de que seja possível a pronta atuação.

Assine o jornal **Monitor Mercantil**
(21) 3849-6444

RESULTADOS 2024

São apresentadas as demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/>, <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/central-de-resultados/>, <https://sistemas.cvm.gov.br/> O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, foi emitido em 18 de março de 2025, sem modificações.

Presidente Prudente, 18 de março de 2025 – A Administração da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1. Destaques

A Companhia atende:

- 885 mil** clientes cativos
- 722** clientes livres
- 1,8 milhão** de habitantes
- 32.405** Km²
- 1.396** colaboradores (*) 1.101 próprios e 295 terceirizados
- 82** municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	622,6	605,5	+ 2,8	2.350,7	2.242,3	+ 4,8
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	562,9	531,1	+ 6,0	2.086,9	1.987,0	+ 5,0
Margem bruta	150,0	184,9	- 18,9	633,3	676,6	- 6,4
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	146,2	182,8	- 20,0	621,3	668,3	- 7,0
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	99,9	105,8	- 5,6	360,6	391,2	- 7,8
Resultado financeiro	(22,4)	(44,8)	- 49,9	(101,7)	(114,8)	- 11,4
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	29,1	25,2	+ 15,5	109,9	133,1	- 17,4
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	884,6	871,0	+ 1,3	884,6	871,0	+ 1,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	827,8	874,7	- 5,4	3.274,1	3.152,7	+ 3,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.264,8	1.261,5	+ 0,3	4.937,6	4.624,1	+ 6,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	16,1	17,5	- 1,4 p.p.	15,3	17,4	- 2,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
Ativo total	31/12/2024		31/12/2023		Var. %	
		3.245,0		2.927,7		+ 10,8
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras		436,9		244,0		+ 79,1
Patrimônio líquido		608,4		597,0		+ 1,9
Endividamento líquido		1.273,2		1.133,2		+ 12,4

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de reconciliações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 6,0% (R\$ 31,8 milhões) totalizando R\$ 562,9 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	632,1	712,0	- 11,0	2.563,8	2.398,5	+ 6,9
✓ Residencial	348,6	377,0	- 7,5	1.378,0	1.227,4	+ 12,3
✓ Industrial	33,4	46,9	- 28,7	157,6	179,0	- 11,9
✓ Comercial	126,7	148,3	- 14,5	520,1	514,8	+ 1,0
✓ Rural	48,8	54,8	- 10,8	212,7	191,4	+ 11,1
✓ Outras classes	74,6	83,0	- 10,1	295,3	285,9	+ 3,3
(+) Suprimento de energia elétrica	2,7	(1,6)	-	17,6	25,5	- 31,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	15,2	17,1	- 11,1	(9,5)	33,0	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	109,4	111,0	- 1,4	446,2	420,5	+ 6,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	21,1	(43,4)	-	3,9	22,4	- 82,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	53,0	42,0	+ 26,3	192,0	139,7	+ 37,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+ 81,0	11,9	8,3	+ 43,6
(+) Outras receitas	15,3	8,6	+ 76,6	58,0	60,3	- 3,9
(=) Receita operacional bruta	912,3	920,3	- 0,9	3.547,7	3.363,6	+ 5,5
(-) Impostos sobre vendas	195,6	206,4	- 5,2	770,8	709,7	+ 8,6
(-) Encargos setoriais	94,2	108,4	- 13,1	426,3	411,6	+ 3,6
(=) Receita operacional líquida	622,6	605,5	+ 2,8	2.350,7	2.242,3	+ 4,8
(-) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	562,9	531,1	+ 6,0	2.086,9	1.987,0	+ 5,0

3.1. Margem bruta
No 4T24, a margem bruta alcançou R\$ 150,0 milhões, 18,9% menor do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R\$ 146,2 milhões, crescimento de 6,6% em relação ao 4T23.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional líquida	622,6	605,5	+ 2,8	2.350,7	2.242,3	+ 4,8
(-) Custo de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção de infraestrutura)	562,9	531,1	+ 6,0	2.086,9	1.987,0	+ 5,0
(-) Custos e despesas não controláveis	412,9	346,2	+ 19,3	1.453,6	1.310,4	+ 10,9
Energia elétrica comprada para revenda	312,3	238,6	+ 30,9	1.030,7	906,6	+ 13,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	- 6,5	422,8	403,8	+ 4,7
(=) Margem bruta	150,0	184,9	- 18,9	633,3	676,6	- 6,4
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+ 81,0	11,9	8,3	+ 43,6
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	48,6	-	-	48,6	-	-
(=) Margem bruta ajustada	194,8	182,8	+ 6,6	669,9	668,3	+ 0,2

No comparativo entre os trimestres, as variações da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:
(i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 11,0% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de 5,4% além do efeito tarifa de 5,8%, devido ao reajuste tarifário em julho de 2024. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pela redução nas classes industrial (-25,6%), comercial (-11,5%) e rural (-4,4%), além da migração de consumidores desses segmentos para o mercado livre de energia. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções. Essa queda foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento das bandeiras tarifárias, com a bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre.
(ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, a redução de 1,4%, foi motivado pelo efeito médio de -5,8% que foi compensado em parte pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre.
(iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 26,3% (+R\$ 11,0 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 8,6 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 3,0 milhões.

3.2. Mercado de energia
No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.265 GWh, registrando alta de 0,3% em relação ao ano anterior - maior taxa em 14 anos. A alta só não foi maior porque, no 4T23, o mercado havia registrado a maior alta em 21 anos (11,7%).
Entre as classes, as principais altas partiram da industrial (+4,3%), sobretudo a produção de peças para veículos, papel e borracha e material plástico. Rural também apresentou aumento no consumo (+1,9%), com destaque para agropecuária e produtores de ovos. Por sua vez, a classe residencial recuou 0,7%, em meio a um cenário climático menos extremo que no 4T23, no qual o consumo das residências havia crescido a uma taxa recorde, de 19,7%, em meio a recortes de temperaturas e ondas de calor.
No acumulado de 2024, o mercado avançou 6,8%, registrando a maior taxa em 19 anos. As principais classes avançaram, principalmente a residencial, industrial e comercial.
A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	458,4	461,7	- 0,7	1.761,8	1.604,2	+ 9,8
Comercial	148,1	167,3	- 11,5	592,2	614,0	- 3,5
Industrial	37,5	50,4	- 25,6	175,4	211,5	- 17,1
Rural	70,6	73,8	- 4,4	302,9	276,4	+ 9,6
Outros	113,2	121,5	- 6,8	441,8	446,6	- 1,1
1 Mercado Cativo	827,8	874,7	- 5,4	3.274,1	3.152,7	+ 3,9
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	76,4	63,5	+ 20,5	269,4	217,3	+ 24,0
Industrial	336,3	308,1	+ 9,2	1.307,3	1.203,9	+ 8,6
Rural	14,2	9,4	+ 51,7	48,0	26,0	+ 84,5
Outros	10,0	5,8	+ 71,1	38,7	24,1	+ 60,5
2 Mercado (TUSD)	436,9	386,7	+ 13,0	1.663,5	1.471,4	+ 13,1
Residencial	458,4	461,7	- 0,7	1.761,8	1.604,2	+ 9,8
Comercial	224,5	230,8	- 2,7	861,7	831,3	+ 3,6
Industrial	373,9	358,5	+ 4,3	1.482,7	1.415,4	+ 4,8
Rural	84,8	83,2	+ 1,9	350,9	302,4	+ 16,0
Outros	123,2	127,3	- 3,2	480,6	470,7	+ 2,1
Mercado Total (1+2)	1.264,8	1.261,5	+ 0,3	4.937,6	4.624,1	+ 6,8
Fornecimento não Faturado	22,4	20,8	+ 8,0	3,3	31,3	- 89,4
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	1.287,2	1.282,2	+ 0,4	4.941,0	4.655,4	+ 6,1

Nota: Os dados são passíveis de reconciliações de energia realizadas pela CCEE. A Companhia encerrou o ano com 884.618 unidades consumidoras cativas, número 1,6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 722 consumidores livres.
Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/boletim-mensal/>.

3.3. Perdas de energia elétrica ("perdas")
A ESS encerrou o ano com um índice de perda total de 5,98%, apresentando uma redução de 0,20 pp em relação às perdas registradas no 4T24 e aumento de 0,08 pp em comparação ao ano passado. As perdas totais permanecem abaixo do referencial regulatório, com margem favorável de 0,82 pp. O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses								
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)		
dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24
6,30	6,19	6,13	0,35	-0,01	-0,15	6,65	6,18	5,98

3.4. Gestão da inadimplência
3.4.1. Taxa de inadimplência
A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Varição em p.p.
0,31	0,23	+ 0,08

3.4.2. Taxa de arrecadação
A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Varição em p.p.
99,02	98,85	+ 0,17

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC
A Companhia registrou no trimestre uma redução de 0,15 horas no DEC e uma redução de 0,14 vezes no FEC em relação ao mesmo período de 2024.

dez/24	DEC (horas)		dez/24	FEC (vezes)		Limite DEC	Limite FEC
	dez/23	Var. (%)		dez/23	Var. (%)		
5,15	5,30	- 2,8	2,88	3,02	- 4,6	6,73	5,59

A ANEEL, por meio do ofício nº 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A ESS já está cumprindo o percentual de 80% previsto pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 529,3 milhões no 4T24, aumento de 17,4% (R\$ 78,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023. Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R\$ 412,9 milhões no 4T24, aumento de 19,3% na comparação com o ano anterior, devido principalmente do reconhecimento do montante de R\$ 46,0 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes a geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda. A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 10,5 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 7,9 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 2,6 milhões referem-se de fato ao 4T23. Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R\$ 64,3 milhões no 4T23, aumento de 21,5% na comparação com o mesmo período de 2024. A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	412,9	346,2	+ 19,3	1.453,6	1.310,4	+ 10,9
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	312,3	238,6	+ 30,9	1.030,7	906,6	+ 13,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	- 6,5	422,8	403,8	+ 4,7
2 Custos e despesas controláveis	84,8	75,5	+ 12,3	282,8	259,1	+ 9,1
2.1 PMSO	78,1	72,1	+ 8,2	264,2	246,3	+ 7,3
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	34,7	32,3	+ 7,6	116,8	102,8	+ 13,6
2.1.2 Material	6,4	5,6	+ 14,7	22,0	21,4	+ 2,9
2.1.3 Serviços de terceiros	31,9	28,8	+ 10,9	109,3	104,6	+ 4,5
2.1.4 Outras	5,0	5,5	- 8,5	16,2	17,6	- 7,9
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	0,5	-	0,0	0,9	- 98,1
✓ Outros	5,0	5,0	+ 1,2	16,2	16,6	- 2,9
2.2 Provisões/Reversões	6,7	3,4	+ 97,9	18,5	12,8	+ 45,3



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 07.282.377/0001-20

milhões reflete o esforço contínuo na otimização do consumo de energia e na promoção de práticas mais sustentáveis. A iniciativa Nossa Energia é um exemplo desse compromisso, incentivando a educação e a economia de energia em comunidades na área de concessão. Em 2024, o projeto possibilitou a substituição de 23 mil lâmpadas LED, 140 geladeiras, promovendo maior eficiência e redução do consumo. As iniciativas adotadas pela Companhia não só geraram redução de custos, mas também impulsionam o uso consciente da energia e ajudam na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, reforçando o compromisso da Energisa com a sustentabilidade e o futuro do planeta. **Iniciativas socioambientais:** No âmbito socioambiental, a Energisa Sul-Sudeste se empenha em ações alinhadas à agenda ESG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis. Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de alavancar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas. **Sustentabilidade na cadeia de fornecedores:** Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros. Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergisa, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do

grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros. A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado. Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2024			2023		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	2.350.700			2.242.323		
Resultado operacional (RO)	139.117			209.178		
Folha de pagamento bruta (FPB)	109.766			95.162		
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	17.946	16,35%	0,76%	15.876	16,68%	0,71%
Encargos sociais compulsórios	15.150	13,80%	0,64%	12.650	13,29%	0,56%
Previdência privada	3.600	3,28%	0,15%	1.970	2,07%	0,09%
Saúde	544	0,50%	0,02%	11.905	12,51%	0,53%
Segurança e saúde no trabalho	5.516	5,03%	0,23%	2.062	2,17%	0,09%
Educação	159	0,14%	0,01%	147	0,15%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	976	0,89%	0,04%	938	0,99%	0,04%
Creches ou auxílios-creche	133	0,12%	0,01%	78	0,08%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	16.860	15,36%	0,72%	10.008	10,52%	0,45%
Outros	4.006	3,65%	0,17%	2.865	3,01%	0,13%
Total - Indicadores sociais internos	64.890	59,12%	2,75%	58.499	61,47%	2,61%
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	251	0,15%	0,01%	197	0,09%	0,01%
Cultura	881	0,51%	0,04%	524	0,25%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	297	0,17%	0,01%	198	0,09%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.429	0,83%	0,06%	919	0,43%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	646.394	374,20%	27,50%	1.077.129	514,93%	48,04%
Total - Indicadores sociais externos	647.823	375,03%	27,50%	1.078.048	515,36%	48,08%
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	22.772	13,18%	0,97%	19.123	9,14%	0,85%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	3.800	1,82%	0,17%
Total dos investimentos em meio ambiente	22.772	13,18%	0,97%	22.923	10,96%	1,02%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.101			1.028		
Nº de admissões durante o período	308			136		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	581			547		
Nº de estagiários(as)	13			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	164			152		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	153			158		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10,00%			13,80%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	323			262		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	11,43%			13,79%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	41			37		

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	405.102	174.377	Emprestimos e financiamentos	12	19.360	42.828	
Consumidores e concessionárias	4	309.742	352.742	Debêntures	13	110.626	109.005
Títulos de créditos a receber	1.750	2.394	Impostos e contribuições sociais	14	61.319	71.424	
Estoques	6.339	7.050	Obrigações estimadas	10.445	9.273		
Tributos a recuperar	5	184.034	186.580	Dividendos e Juros sobre capital próprio	214	380	
Ativos financeiros setoriais	6	4.959	43.131	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227	
Instrumentos financeiros derivativos	8.315	32.005	Contribuição de iluminação pública	10.770	10.606		
Outros créditos	89.924	71.507	Encargos setoriais	16.1	20.331	31.796	
Total do circulante	1.042.010	939.442	Passivos financeiros setoriais	6	115.868	81.953	
Não circulante			Instrumentos financeiros derivativos	33.695	34.220		
Realizável a longo prazo			Benefícios pós-emprego	3.098	4.115		
Consumidores e concessionárias	4	19.748	73.525	Arrendamentos operacionais	1.371	108	
Tributos a recuperar	5	330.224	303.461	Incorporação de redes	204	255	
Créditos tributários	7	39.191	49.499	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	15	6.987	48.573
Depósitos judiciais	17.1	114.620	105.404	Outras contas a pagar	42.865	23.064	
Ativo financeiro indenizável da concessão	8	291.687	217.816	Total do circulante	789.268	964.661	
Ativos financeiros setoriais	6	5.584	-	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	62.518	29.603	Fornecedores	11	9.340	7.232	
Outros créditos	26.708	25.967	Emprestimos e financiamentos	12	733.815	392.423	
Total do não circulante	890.280	805.275	Debêntures	13	708.858	574.087	
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	9	90.318	83.924	Impostos e contribuições sociais	14	78.778	123.254
Investimentos	582	580	Impostos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	
Imobilizado	26.998	25.408	Passivos financeiros setoriais	6	5.017	8.797	
Intangível	10	1.194.805	1.073.109	Encargos setoriais	16.1	18.514	13.126
Total do não circulante	2.202.983	1.988.296	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	17.1	16.223	15.051	
Total do ativo	3.244.993	2.927.738	Benefícios pós-emprego	20.546	31.227		
			Arrendamentos operacionais	1.294	527		
			Instrumentos financeiros derivativos	-	2.160		
			Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	15	220.596	197.322	
			Outros Passivos	34.324	847		
			Total do não circulante	1.847.305	1.366.053		
			Patrimônio líquido				
			Capital social realizado	18.1	534.717	534.717	
			Reservas de capital	1.838	1.856		
			Reservas de lucros	78.537	12.663		
			Dividendos adicionais propostos	18.2	64.837		
			Outros resultados abrangentes	(6.672)	(17.049)		
			Total do patrimônio líquido	608.420	597.024		
			Total do passivo e patrimônio líquido	3.244.993	2.927.738		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2023	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de lucros				Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes			
Pagamento dividendos adicionais propostos	-	534.717	1.362	5.732	-	-	13.091	-	541.216	
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	494	-	-	-	(13.091)	-	(13.091)	
Lucro líquido do exercício	18.2	-	-	-	-	-	-	138.628	138.628	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	-	-	-	6.931	-	-	(6.931)	-	-	
Dividendos	18.2	-	-	-	-	-	(66.860)	-	(66.860)	
Dividendos adicionais propostos	18.2	-	-	-	-	-	64.837	-	64.837	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-	(5.096)	(5.096)	
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	1.733	1.733	
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(64.837)	(64.837)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		534.717	1.856	12.663			64.837	(17.049)	597.024	
Pagamento dividendos adicionais propostos	18.2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	(18)	-	-	-	-	-	(18)	
Dividendos prescritos	18.2	-	-	-	-	-	252	-	252	
Lucro líquido do exercício	18.2	-	-	-	-	-	147.814	-	147.814	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	-	-	-	7.391	-	-	(7.391)	-	-	
Dividendos	18.2	-	-	-	-	-	(82.192)	-	(82.192)	
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	58.483	(58.483)	-	-	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	-	-	15.752	15.752	
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(5.375)	(5.375)	
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(6.672)	(6.672)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		534.717	1.838	20.054			58.483	(6.672)	608.420	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DIVULGADAS DE FORMA RESUMIDA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "ESS") é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A ("REDE"), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Paraná, atendendo a 886.007 consumidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEL. As demonstrações financeiras completas foram resumidas em conformidade com o Parecer de Orientação CVM nº 039 de 20 de dezembro de 2021. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025, incluindo o relatório dos auditores independentes, nos endereços eletrônicos: <https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/> e <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/central-de-resultados/> e <https://sistemas.cvm.gov.br/>

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Ativo financeiro indenizável da concessão:** corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Disposto a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa

de glassa baseada na experiência da Administração e no histórico de glassas em homologações anteriores, o que reflete a expectativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a homologação do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OPC 05 - Contrato de Concessão; **b. Dividendos:** os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.282.377/0001-20

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	2024			2023		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos e Passivos financeiros setoriais						
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	4.959	4.959	43.131	-	43.131
Não Circulante	-	5.384	5.384	-	-	5.384
Total	-	10.343	10.343	43.131	-	43.131
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	111.412	4.456	115.868	65.169	16.784	81.953
Não Circulante	-	5.017	5.017	-	8.797	8.797
Total	111.412	9.473	120.885	65.169	25.581	90.750

	2024			2023		
	Receita Operacional	Recém-bentos/pagamentos	Total	Receita Operacional	Recém-bentos/pagamentos	Total
Ativos e Passivos financeiros setoriais						
Itens da Parcela A	47.353	44.981	(28.927)	3.502	(10.716)	56.193
Componentes financeiros	(94.972)	(163.143)	150.979	(9.050)	(33.277)	(12.629)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(47.619)	(118.162)	122.052	(5.548)	(33.277)	(23.345)

	2024			2023		
	Saldos em 2022	Adição	Amortização	Remuneração	Cofins/Outros	Saldos em 2023
Ativos e Passivos financeiros setoriais						
Itens da Parcela A	70.525	16.714	(43.245)	5.224	(1.865)	47.353
Componentes financeiros	8.429	(68.870)	117.766	(3)	(145.161)	(7.411)
Saldo líquido dos ativos e passivos	78.954	(52.156)	74.521	5.221	(145.161)	(9.276)

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2024	2023
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	49.499	52.290
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	17.819	18.825
Total - ativo não circulante	67.318	71.115
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(20.682)	(15.894)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(7.445)	(5.722)
Total - passivo não circulante	(28.127)	(21.616)
Total líquido - ativo não circulante	39.191	49.499

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2025	3.622
2026	5.458
2027	6.489
2028	6.664
2029	6.335
2030 a 2032	21.093
Após 2032	17.657
Total	67.318

	2024	2023
Alíquota efetiva		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	139.117	209.178
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(47.300)	(71.121)
Ajustes:		
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica	2.115	2.268
Incentivos fiscais – Outros	1.426	1.968
Créditos referentes a débitos tributários	47.921	-
Juros Selic sobre débitos tributários	4.804	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(1.627)	(3.665)
Outros	1.358	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8.697	(70.550)
Alíquota efetiva	6,25%	33,73%

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

	2024	2023
Ativo financeiro valor justo		
Saldo em 2023 e 2022	217.816	165.812
Adições no exercício	62.122	43.771
Baixas no exercício	(194)	(86)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão	11.943	8.319
Saldo em 2024 e 2023	291.687	217.816

9. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	2024			2023		
	Saldos em 2023	Adição	Intangível - contrato de concessão	Transferências Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros	Saldos em 2024
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	139.885	416.630	(328.159)	(84.917)	(834)	142.605
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	55.961	149.152	(130.031)	(22.795)	-	52.287
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	83.924	267.478	(198.128)	(62.122)	(834)	90.318

	2024			2023		
	Saldos em 2022	Adição	Intangível - contrato de concessão	Transferências Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros	Saldos em 2023
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	124.517	294.546	(232.322)	(46.856)	-	139.885
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	52.488	29.652	(23.094)	(3.085)	-	55.961
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	72.029	264.894	(209.228)	(43.771)	-	83.924

10. INTANGÍVEL

	2024	2023
Intangível - contrato de concessão	1.160.329	1.044.724
Intangível - direito de uso	2.398	573
Intangível - software	32.078	27.812
Total	1.194.805	1.073.109

10.1. Intangível – contrato de concessão:

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Baixas	Amortização em 2024	Saldos em 2024
Intangível em Serviço						
Custo	4,18%	2.443.769	328.194	(30.133)	-	2.741.830
Amortização acumulada		(1.150.927)	(65)	24.467	(104.337)	(1.230.862)
Total Intangível		1.292.842	328.129	(5.666)	(104.337)	1.510.968
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	487.875	130.031	(92)	-	617.814
Amortização acumulada		(239.757)	(30)	(27.388)	(267.175)	-
Total das Obrigações vinculadas à concessão		248.118	130.001	(92)	(27.388)	350.639
Total Intangível - contrato de concessão		1.044.724	198.128	(5.574)	(76.949)	1.160.329

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho Presidente	Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Maurício Perez Botelho Conselheiro
--	---	--

DIRETORIA EXECUTIVA

José Adriano Mendes Silva Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Guilherme Damiane Souza Diretor Técnico e Comercial	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Gioelli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia.** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das atas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Baixas	Amortização em 2023	Saldos em 2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,29%	2.232.163	232.322	(20.716)	-	2.443.769
Amortização acumulada		(1.077.820)	-	17.978	(91.085)	(1.150.927)
Total Intangível		1.154.343	232.322	(2.738)	(91.085)	1.292.842
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	464.845	23.094	(64)	-	487.875
Amortização acumulada		(221.267)	-	(18.490)	(239.757)	-
Total das Obrigações vinculadas à concessão		243.578	23.094	(64)	(18.490)	248.118
Total Intangível - contrato de concessão		910.765	209.228	(2.674)	(72.595)	1.044.724

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Amortização em 2024	Saldos em 2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	60.066	-	1.389	-	61.455
Amortização acumulada		(33.101)	-	(7.429)	(40.530)	-
Em curso		847	11.695	(1.389)	-	11.153
Total do intangível - software e outros		27.812	11.695	(7.429)	32.078	32.078

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Amortização em 2023	Saldos em 2023
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	39.106	-	21.024	(64)	60.066
Amortização acumulada		(28.089)	-	-	(5.012)	(33.101)
Em curso		10.437	11.434	(21.024)	-	847
Total do intangível - software e outros		21.454	11.434	(64)	(5.012)	27.812

11. FORNECEDORES

	2024	2023
Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.332	2.690
Compra de energia elétrica	159.244	165.839
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	28.059	30.343
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	3.288	3.798
Encargos do uso da rede elétrica	8.669	9.217
Encargos de conexão	960	944
Materiais, serviços e outros	48.120	59.042
Total	256.672	271.873
Circulante	247.332	264.641
Não Circulante	9.340	7.232

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

	Encargos, atualização	Marcação	Saldos em 2024	Saldos em 2023
Mensurados ao custo amortizado				
Moeda Nacional	479.509	95.300	(155.688)	(78.583)
Moeda Estrangeira	174.935	408.682	(208.682)	(5.344)
Total	654.444	503.982	(364.370)	(83.927)

	Encargos, atualização	Marcação	Saldos em 2024	Saldos em 2023
Mensurados ao valor justo				
Moeda Nacional	431.797	50.932	(24.064)	(36.098)
Moeda Estrangeira	335.560	-	(147.782)	(7.060)
Total	767.357	50.932	(171.846)	(43.158)

	Encargos, atualização	Marcação	Saldos em 2024	Saldos em 2023
Condicionde de covenants: o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Em 2024, as exigências foram cumpridas.				
Circulante	200.864	566.493	-	-
Não Circulante	392.423	-	-	-

13. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

	Encargos, atualização	Marcação	Saldos em 2024	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado				
Circulante	42.930	430	-	-
Não Circulante	443.028	-	-	-

	Encargos, atualização	Marcação	Saldos em 2024	Sald
--	-----------------------	----------	----------------	------

ROBISI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
 CNPJ/MF Nº 05.323.194/0001-80
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos aos senhores acionistas, na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que se acham à sua disposição, na sede da Companhia, na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 327, nesta cidade, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025. A Diretoria

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTEZ S.A.
 Companhia Aberta - CNPJ Nº 02.664.042/0001-52 - NIRE 33.300.26031-5
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. acionistas da **Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A.**, para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, às 11 horas do dia 29 de abril de 2025, na sede social, na Rua São José, nº 35, 16º andar, Centro, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: em Assembleia Geral Ordinária: (a) exame, discussão e votação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras completas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (b) destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2024; (c) instalação, eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, e, em Assembleia Geral Extraordinária: (d) fixação da remuneração anual e global para a administração da companhia. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025. **Marcello Romualdo da Silva Pereira** - Presidente do Conselho de Administração.

GEN - GRUPO EDITORIAL NACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A
 CNPJ/MF 08.914.167/0001-70
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA POR MEIO DIGITAL
REF.: Convocação para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do GEN - GRUPO EDITORIAL NACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A. Ficam os senhores Acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da companhia que realizar-se-á no dia 29 de abril de 2025, terça-feira, às 14:00h, POR MEIO DIGITAL, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024 e decidir sobre a destinação do lucro do exercício; 2) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e respectivos suplentes; 3) Fixar a remuneração dos membros da Administração (Conselho de Administração e da Diretoria) da companhia; 4) Exposição sobre a situação do mercado e 5) Outros assuntos de interesse geral. Nos termos do art. 133 da Lei n. 6.404/1976 encontram-se à disposição dos acionistas as Demonstrações Financeiras da companhia e o relatório da Auditoria Independente contratada. Estes documentos podem ser solicitados ao Sr. Francisco Bilac M. Pinto Filho, pelo e-mail: bilacpinto@grupogen.com.br. Nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei n. 6.404/1976, a Assembleia será realizada de FORMA DIGITAL, com o endereço de ingresso dos acionistas sendo informado em até 8 (oito) dias de antecedência. Os acionistas que comparecerem à reunião digital poderão explicar os seus votos sobre os assuntos da ORDEM DO DIA, devendo o secretário nomeado anotá-los e descrevê-los ao final da assembleia. Os acionistas que quiserem se fazer representar por procurador, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei de Sociedades Anônimas, deverão optar por acionista, administrador da companhia ou advogado para representá-los e que tenha sido constituído há menos de 1 (um) ano. O instrumento de representação poderá ser apresentado em até meia hora de antecedência da realização da assembleia, sendo enviado aos cuidados do Sr. Francisco Bilac M. Pinto Filho, e-mail: bilacpinto@grupogen.com.br em formato PDF.
 Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.
Mauro Koogan Lorch
 Presidente do Conselho de Administração

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
 A Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") convoca seus acionistas a comparecer à assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE") a ser realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams, no dia 31/03/2025, às 11h, em primeira convocação, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, apreciar o relatório da administração, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, os pareceres dos atuariários independentes e do Conselho Fiscal e o resumo do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício 2024: ratificar as deliberações do Conselho de Administração. 3) Fixar a remuneração global dos administradores e delegar ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos membros da Diretoria. 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal – mandato 2025/2026. 5) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. 6) Tomar conhecimento de renúncia e eleger os membros do Conselho de Administração. **II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Deliberar sobre o pagamento de participação dos Diretores e empregados nos lucros da Companhia: ratificar as deliberações do Conselho de Administração. 2) Deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Companhia. 3) Assuntos de Ordem Geral. Os acionistas que desejem participar da referida AGOE, pessoalmente ou por meio de procuradores, devidamente constituídos nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, deverão encaminhar a seguinte documentação para o e-mail societario@brasilcap.com.br, até 09h do dia 26/03/2025: (i) no caso de acionista pessoa física - documento de identidade válido com foto, ou, caso aplicável, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração; (ii) no caso de acionista pessoa jurídica - documento de identidade válido com foto do representante legal e documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição do respectivo administrador. Após a conferência da referida documentação, a Companhia encaminhará, via e-mail, as instruções de acesso para participação nessa AGOE. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGOE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. **ANDRÉ GUSTAVO BORBA ASSUMPÇÃO HAUI** - Presidente do Conselho de Administração.

JUIZO DE DIREITO DA DÉCIMA SÉTIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO E PRESENCIAL, prazo: 05 dias, extraído dos autos da Ação de Cobrança de Cotas Condominiais proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CORAL em face de ESPÓLIO DE CÉLIA REGINA DOS SANTOS VILLELA (Processo nº 0069369-40.2004.8.19.0001 – antigo 2004.001.070884-0): O Dr. LEONARDO DE CASTRO GOMES, Juiz de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente ao ESPÓLIO DE CÉLIA REGINA DOS SANTOS VILLELA, representada por sua inventariante Josenete Penha Santos de Almeida, ou quem fizer em suas vezes, de que no dia **01/04/2025**, às 14:30 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br), bem como concomitantemente no Fórum da Comarca da Capital – RJ, situado na Av. Erasmo Braga nº 115, 5º andar, Castelo/RJ, pelo Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER, matriculado na Jucerja sob o nº 079, será apreçoado e vendido a quem mais der a partir do valor da avaliação, e no dia **02/04/2025**, no mesmo horário, local e portal de leilões, a quem mais der a partir de 60% do valor da avaliação de **R\$ 405.000,00**, a **Sala 227, situada na Praia de Botafogo, nº 316, Botafogo/RJ**. Cf. 3º Ofício do RI, o ref. imóvel, Foreiro à União Federal e às Famílias Koening e Regis de Oliveira, encontra-se matriculado sob o nº 35.829, tendo sido adjudicado para Celia Regina dos Santos Villela, constando, na AV-3, Consignação determinada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Jacarepaguá, por decisão proferida em 26.06.91, nos autos da Ação Ordinária de Anulação de Partilha, proposta por Josenete Penha Santos de Almeida Oliveira em face de Célia Regina dos Santos Villela, processo 10.433, onde foi estabelecido que o imóvel desta matrícula não poderá ser prometido vender ou ceder, até ulterior deliberação do juízo. Débitos de IPTU: R\$ 1.129,17, mais acréscimos legais (2018 e 2019 - FRE 0067549-6). Não há Débitos relativos a Taxa de Serviços Estaduais de Prevenção e Extinção de Incêndios (Nº CBMERJ: 48066-5). Há débitos condominiais pendentes sobre a referida unidade no valor de R\$ 220.299,37. Débitos fiscais atrelados ao imóvel serão sub-rogados no produto da hasta, conforme artigo 130, parágrafo único, do CTN, cabendo ao arrematante, após a prova do depósito integral, diligenciado junto à rede mundial de computadores para indicação do débito exato, com o que será deferido o levantamento do valor respectivo. Após prova da quitação fiscal será expedida a carta de arrematação. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances presencialmente ou pela internet através do site www.rymerleiloes.com.br, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC, ou com o pagamento inicial (e imediato) de 30% (trinta por cento) do valor lançado, com a complementação no prazo de 5 (cinco) dias; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Atrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 17/02/2025.

Wiz Co (WIZC3): resultado do 4T24, momento e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 da Wiz Co com Marcus Vinicius Oliveira, CEO da companhia.

Como a Wiz avalia o seu resultado do 4T24 e de 2024?

O resultado de 2024 foi extremamente bom, em que pese trabalharmos com uma taxa Selic acelerada. Ela começou o ano com uma tendência de queda, que era a esperança de todo mundo, mas, por força da inflação, terminou o ano com uma grande aceleração.

Como estão as unidades de negócio da Wiz?

De uma forma geral, as unidades de negócio fecharam o ano muito bem. Somadas, elas emitiram R\$ 3,6 bilhões em prêmios.

A Interseguros emitiu cerca de R\$ 317 milhões de prêmios, com 5,3 milhões de contratos ativos de seguridade e outros produtos ligados. No BRB Seguros, nós somamos mais de R\$ 760 milhões em prêmios.

Na BMG Corretora, cerca de R\$ 980 milhões, mais de 20% em relação a 2023. Apenas com o produto prestamista, nós tivemos R\$ 485 milhões em prêmios emitidos.

A Wiz Corporate, que opera com riscos especiais, está com um crescimento extremamente forte e diversificado no que chamamos de parcerias de atacado, que é a prestação de serviços dentro dos bancos para fazer operações de risco. Nesse caso, foram R\$ 667 milhões em prêmios emitidos, um incremento de 35% em relação ao ano anterior.

A Omni 1, que é uma parceria que temos com o Banco Omni, emitiu R\$ 234 milhões em prêmios, um crescimento de 32%.

A Promotiva, que é a nossa operação de crédito consignado com o Banco do Brasil, teve uma receita líquida de R\$ 155 milhões, com R\$ 7,1 bilhões em créditos para pessoas físicas e R\$ 2,3 bilhões em cartas de consórcio.

Vale destacar que nós somos responsáveis por um volume bastante interessante em créditos para pessoas físicas dentro do Banco do Brasil. Na Wiz Concept, a nossa operação de BPO (Business Process Outsourcing), nós fizemos cerca de R\$ 21 milhões em receita líquida ex comissões.

Em 2025, em que pese todas as dificuldades do ano, nós vamos continuar com a mesma pegada.

Quando sai um resultado da Wiz, quais são os primeiros números que você analisa?

Particularmente, eu sou muito vocacionado para o lucro líquido. Esse é o primeiro número que eu busco, já que quando se fala

em lucro líquido, também se fala em Ebtida, receitas ex comissões e custos, pois tudo isso está incluído. No final das contas, é o lucro líquido que importa, pois é dele que se tira os dividendos que serão pagos aos nossos acionistas. Com relação à geração de caixa, evidentemente, ela é sempre importante para o negócio, já que é a mola propulsora para que possamos trabalhar uma série de outras situações dentro do grupo.

Como está o mercado de seguros?

Nós temos a vantagem de trabalharmos em um segmento extremamente promissor e que tem espaço para crescer. Por mais que ainda estejamos distante, especialistas apontam que o segmento de seguros pode chegar a 10% do PIB. Atualmente, o mercado está com uma pegada de utilização, muito profissional, de ferramentas de inteligência artificial e de digitalização. No caso da Wiz, nós temos uma ferramenta proprietária chamada Wiz Pro, que atua em gestão, operações, engajamento e vendas, sendo que cada um desses módulos abre uma série de possibilidades para atender os clientes. A Wiz Pro já está sendo utilizada na Promotiva, no Paraná Banco e em diversas das nossas JVs (joint ventures), fazendo com que possamos agregar valor de verdade às parcerias que temos.

Nós não podemos fugir desse tipo de atuação, e mais do que isso, da hiperpersonalização de seguros para os clientes. Para isso, é preciso trabalhar em clusters com um índice de penetração que seja satisfatório e crescente. Dentro dessa linha, é fundamental conhecer o cliente e utilizar ferramentas digitais e de inteligência artificial.

O setor de seguros não está alheio aos problemas de natureza econômica que podem acontecer em 2025, mas como o setor tem muito espaço para crescer, eu estou bastante otimista.

Como o atual ciclo de alta da Selic impacta o mercado de seguros e a Wiz?

De uma forma geral, o aumento da Selic impacta tudo o que diz respeito às esteiras de crédito. Ele impacta também fora da esteira, já que há uma dificuldade a mais para que um cliente possa consumir um produto securitário. O ideal seria termos um nível de Selic onde as pessoas tivessem uma folga maior para que pudessem conhecer os seguros, já que muitos brasileiros ainda não consomem esse tipo de produto, e onde fosse possível fazer com que mais oportunidades e itens pudessem crescer para aqueles que já tem algum tipo de consumo.

Divulgação Wiz



Marcus Vinicius Oliveira

Uma característica que distingue a Wiz dos seus concorrentes é que ela tem um mix de clientes muito forte, já que possui cinco operações ligadas à bancos, sendo que cada uma dessas operações é diferente entre si, com maturidades, gestões e prioridades diferentes, por mais que todas estejam alocadas dentro do bancassurance. Isso faz com que uma operação se compense com a outra, ou seja, a Wiz tem um hedge de negócios que faz com que ela não caia muito em um momento difícil, da mesma forma que lhe permite crescer em uma proporção interessante em um bom momento.

Nós também não podemos nos esquecer que todos os bancos contam com o resultado proporcionado através de seguridade, o que significa que esse tipo de produto é muito bem tratado e cuidado pelas suas gestões.

Dito isso, por mais que possamos sofrer um pouco com a questão dos juros altos, nós temos condições de estar alinhados com as metas traçadas para as nossas unidades de negócio.

Perspectivas de novos negócios?

Como nós temos um conforto em relação a redução da dívida líquida, nós teríamos condições de ir ao mercado para buscar novos negócios. Contudo, em um mercado com uma Selic de 14,25%, você tem que encontrar um cavalo selado para subir, já que tem que ser algo extremamente interessante para que faça sentido. Nessa situação, talvez valha mais a pena comprar ações da própria Wiz ou buscar parcerias que, não necessariamente, envolvam a colocação de recursos.

Existem um vasto caminho, mas a Wiz não vai alocar recursos como fazia há 3, 4 anos. Nós vamos buscar oportunidades em que haja muita sinergia e faça sentido, tanto para a Wiz quanto para o seu parceiro. Nós não precisamos de pressa, já que os números da Wiz estão bastante sólidos e consistentes.

Como a companhia avalia o desempenho das suas ações?

Nós temos, tranquilamente, a consciência de que a cotação poderia estar

superior ao atual patamar, pelo menos mais 20%. A questão é que a maioria das empresas de capital aberto está sofrendo da mesma forma que a Wiz, ou seja, esse não é um privilégio nosso. Como o mercado de ações não está fácil por uma série de motivos, nós entendemos que a atual performance é a possível, mas eu acredito que, na medida em que o mercado reaquecer, a Wiz pode ser uma ação muito interessante para ser investida.

Como a companhia avalia a sua cobertura?

A Wiz é coberta por alguns bancos, como JP Morgan ou BTG, mas a cobertura é menor do que gostaríamos. Por outro lado, desde 2023 nós estamos simplificando a comunicação da Wiz em relação aos seus negócios, o que fez com que o entendimento do seu negócio ficasse mais fácil. Como nós segregamos por segmentos e começamos a explicar isso para o mercado, nós passamos a perceber que os analistas, de uma forma geral, começaram a compreender melhor que bicho era a Wiz.

Como a companhia avalia as suas perspectivas para 2025?

O ano de 2025 não vai ser fácil para ninguém, mas existem alguns gatilhos bastante interessantes dentro dos negócios que operamos. Nós temos espaço para crescimento nas operações que já temos, ou seja, o crescimento orgânico não é um sonho, mas absolutamente possível, e nós estamos caminhando nessa direção. Nós também temos um trabalho bastante forte de sinergia entre os nossos negócios, o que nos permite capturar mais eficiência e aumentar as vendas. Além disso, nós temos uma certa tranquilidade de que as nossas parcerias estão sendo conduzidas dentro de todos os nossos budgets. Independente dos desafios, nós vamos superar o que estamos propondo para 2025.

Vale dizer que desde 2020, quando saímos da Caixa, o lucro líquido ajustado cresceu ano após ano, e nós temos certeza que o número de 2025 será maior que o número de 2024.

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 da EGTC INFRA S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023					
(Em milhares de reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	205.575	267.703	205.549	267.690
Contas a receber	5	141.845	169.433	141.602	169.433
Tributos a recuperar	6	6.030	3.099	5.526	3.099
Outros ativos	7	21.997	17.208	21.997	17.208
Total do ativo circulante		375.447	457.443	374.674	457.430
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	4	1.004	-	1.004	-
Outros ativos	7	2.582	3.954	2.582	3.954
Depósitos judiciais	15.b	880	880	880	880
Partes relacionadas	8.a	480.756	552.505	481.019	552.505
Total		485.222	557.339	485.485	557.339
Investimento	9	-	-	329	12
Imobilizado	10.a	140.157	67.989	140.157	67.989
Intangível	10.b	918	943	918	943
Total do ativo não circulante		626.297	626.271	626.889	626.283
Total do ativo		1.001.744	1.083.714	1.001.563	1.083.713

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores	11	121.745	149.065	121.613	149.065
Empréstimos e financiamentos	12	39.006	16.555	39.006	16.555
Obrigações fiscais	13	24.224	24.855	24.183	24.855
Obrigações trabalhistas	14	64.889	43.980	64.882	43.980
Outros passivos	15	21	148	21	148
Total do passivo circulante		249.885	234.603	249.705	234.603
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	95.626	34.345	95.626	34.345
Obrigações fiscais	13	5.797	3.294	5.797	3.294
Outros passivos	15	8.687	4.262	8.687	4.262
Provisão para demandas judiciais	16.a	3.584	249	3.584	249
Receitas diferidas	18.a	173.837	429.725	173.837	429.725
Total do passivo não circulante		287.531	471.875	287.531	471.875

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido					
Capital social	-	344.596	344.596	344.596	344.596
Ajustes de avaliação patrimonial	-	2	1	2	1
Reserva de lucros	-	119.730	32.639	119.730	32.639
Total do patrimônio líquido		464.328	377.236	464.328	377.236
Total do passivo e patrimônio líquido		1.001.744	1.083.714	1.001.563	1.083.713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Resultado abrangente	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	344.596	-	-	(83.531)	2	261.067
Lucro líquido do exercício	-	-	-	116.170	-	116.170
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	-	(1)	(1)
Reserva legal	-	1.632	-	(1.632)	-	-
Apropriação à reserva de retenção de lucros	-	-	31.007	(31.007)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	344.596	1.632	31.007	-	1	377.236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	87.091	-	87.091
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	-	1	1
Reserva legal	-	4.355	-	(4.355)	-	-
Apropriação à reserva de retenção de lucros	-	-	82.737	(82.737)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	344.596	5.986	113.744	-	2	464.328

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: Objeto social: A EGTC Infra S.A. (Companhia), é uma sociedade de capital fechado, criada em 16 de maio de 2000, com sede na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 603/604, Centro, Rio de Janeiro - RJ, tem como objetivo as seguintes atividades: (a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privada, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e (c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social. **Operações da Companhia:** Em seus projetos, a EGTC Infra concluiu a execução das obras dos Contornos Rodoviários de Caraguatubata e São Sebastião sob administração da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., no litoral norte do estado de São Paulo, obras de grande impacto para a fluidez do complexo rodoviário no litoral norte de SP. Dando continuidade à parceria feita junto à Concessionária Tamoios S.A., no estado de São Paulo, o contrato que possui escopo de fornecimento e implantação do sistema de automação (sistemas eletromecânicos) dos Contornos de Caraguatubata e São Sebastião, está com avanço físico acumulado de aproximadamente 80%, e iniciamos a execução de projetos executivos e obras constantes dos passivos, referente às obras do Planalto - Fase 02, tendo sido executados 51% do total dos serviços, ambos também localizados no litoral norte de SP. Ainda no estado de São Paulo, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. celebrou o contrato com a EGTC Infra para a prestação de serviços de estudo de engenharia necessário para viabilizar a execução da obra de readequação da Estação Santo Amaro linhas 5-Ilías e 9-esmeralda, em operação no Município de São Paulo - SP. A etapa de pré-construção já foi concluída e o empreendimento encontra-se na fase de construção, tendo um avanço físico acumulado de aproximadamente 89%. Também no estado de São Paulo a EGTC Infra celebrou contrato com a MRS para a execução de 4 pátios de cruzamentos ferroviários na Baixada Santista já tendo executado aproximadamente 49%. Também em São Paulo a EGTC Infra concluiu os serviços de acompanhamento da elaboração dos Projetos Executivos, elaboração de análises pré-construtivas e de sistemas e proposição de soluções de engenharia necessárias para a implementação das obras civis e dos sistemas operacionais da extensão da Linha 4 do Metrô-SP. Ainda em São Paulo foi celebrado contrato com a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô-SP para a execução dos serviços de acompanhamento da elaboração dos Projetos Executivos, elaboração de análises pré-construtivas e de sistemas e proposição de soluções de engenharia necessárias para a implementação das obras civis e dos sistemas operacionais da extensão da Linha 5. No estado do Rio de Janeiro, o empreendimento no trecho conhecido como Serra da Araras, localizado entre os municípios de Pirai e Paracambi, na Rodovia Presidente Dutra BR-116, que permite a conexão do Sul com o Nordeste do Brasil, a EGTC Infra deu continuidade à execução do contrato celebrado com a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo entre os km 218 e 226, com aproximadamente 8km de extensão e quatro faixas de tráfego mais acostamento por sentido. Estando este contrato com um avanço acumulado de aproximadamente 17,8%. A EGTC celebrou contrato com a PRS Aeroportos para a execução das obras civis dos aeroportos Campo de Marte em São Paulo e o de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, já tendo executado aproximadamente 4,7%. No estado do Pará, especificadamente na cidade de Marabá, o Consórcio Ponte Rio Tocantins - CPRT, firmado entre EGTC Infra e Construtora Barbosa Mello S.A., celebrou o contrato com a VALE S.A. cujo objeto é a construção de uma Ponte Ferroviária e uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Tocantins, contemplando todas as obras civis e todos demais serviços necessários à execução do escopo, tendo as obras já iniciadas e com um avanço físico acumulado aproximadamente em 40%. Seguindo no estado do Pará, na cidade de Barcarena, o contrato com a ALUNORTE para a execução dos estudos de engenharia e prestação de serviços de desmontagem, transporte e descarte total de dois descarregadores de navios já foi concluída sua execução. Ainda no estado do Pará, também na cidade de Barcarena, o contrato com a ALBRAS para a execução dos serviços de desmontagem do descarregador pneumático de navios já foi concluída sua execução. É fundamental destacar que a atuação em empreendimentos de grande porte no mercado de infraestrutura nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste, beneficiará a segurança e o tráfego atual, favorecendo a mobilidade urbana e das rodovias mais movimentadas do país, trazendo economia de tempo de viagem, reduções no consumo de combustível, na emissão de gases e no número de acidentes, entre outros impactos relevantes para sociedade.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 3.9 - Uso de estimativas e julgamentos. A emissão e reapresentações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para divulgação pela Administração em 19 de março de 2025. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (Moeda Funcional). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada é o real. **2.2. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **2.3. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior:** Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a administração da Companhia e de sua controlada se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024. **2.5. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.6. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 abrangem as da controladora EGTC Infra S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 9. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.7. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente:** As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01



patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **3.2.3. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e sua controlada não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3. Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia e sua controlada adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicas e privadas não encerrados não constitui provisão para perda esperada. **3.4. Investimentos:** Investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis da empresa investida. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **3.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças das estimativas contábeis. **3.6. Intangível:** É representado por gastos com aquisição de *softwares*. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e sua controlada esperam geração de benefícios econômicos. **3.7. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e a sua controlada revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.8. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. **3.9. Estimativas e julgamentos: 3.9.1. Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para um período, estão contemplados a seguir: **3.9.2. Provisões para demandas judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de sua controlada, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **3.9.3. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.9.4. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **3.9.5. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Caixa e equivalente de caixa - circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo fixo	118	95	118	95
Depósitos bancários à vista	28.453	4.044	28.427	4.031
Aplicações financeiras - renda fixa (i)	177.004	263.564	177.004	263.564
Total	205.575	267.703	205.549	267.690

(i) as aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (CDBs). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras, e apresentaram em média rentabilidade de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 101% em 2023.

b) Aplicações financeiras - não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
SICOOB - Conta capital - garantida	1.004	-	1.004	-
Total	1.004	-	1.004	-

5. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Por origem				
Obras infraestrutura	14.709	10.446	14.709	10.446
Obras aeroporto	139	-	139	-
Obras metro	2.067	-	2.067	-
Obras rodovia	123.236	158.000	123.236	158.000
Outras	1.694	987	1.451	987
Total	141.845	169.433	141.602	169.433

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Por vencimento				
A vencer em 30 dias	140.395	168.446	140.152	168.446
Vencido até 180 dias	507	-	507	-
Vencido a mais de 180 dias	943	987	943	987
Total	141.845	169.433	141.602	169.433

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ ano anterior	53	-	-	-
CS ano anterior	19	-	-	-
INSS a recuperar (i)	5.932	3.054	5.500	3.054
PIS/COFINS a recuperar	6	45	6	45
IRRF a recuperar	20	-	20	-
Total	6.030	3.099	5.526	3.099

(i) refere-se basicamente a retenção de encargos de contribuição previdenciária sobre faturamento da Companhia.

7. Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
Adiantamento a fornecedores (i)	19.113	14.530	19.113	14.530
Adiantamento a funcionários	718	626	718	626
Cauções	793	219	793	219
Despesas antecipadas	1.373	1.833	1.373	1.833
Total	21.997	17.208	21.997	17.208
Não circulante				
Outros ativos	2.582	3.954	2.582	3.954
Total	2.582	3.954	2.582	3.954

(i) refere-se basicamente a adiantamentos de simples faturamento para entrega futura, na aquisição de material para uso e consumo nas obras.

8. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas: **a) saldos do fim do exercício, decorrentes das transações com partes relacionadas**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de partes relacionadas - não circulante	307.334	342.734	307.334	342.734
Somah Investimentos	-	-	263	-
EGTC Operações	-	-	-	-
Quatira Galvão Naval	173.462	209.811	173.462	209.811
Total ativo não circulante	480.796	552.545	481.059	552.545

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar a partes relacionadas - não circulante				
QGSEE Participações	(40)	(40)	(40)	(40)
Total	(40)	(40)	(40)	(40)
Total ativo não circulante	480.756	552.505	481.019	552.505

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A receber - não circulante	480.796	552.545	481.059	552.545
A pagar - não circulante	(40)	(40)	(40)	(40)
Total líquido	480.756	552.505	481.019	552.505

As transações com partes relacionadas, não tem prazo definido e nem remuneração prevista.

	2024		2023	
b) Operações de vendas com partes relacionadas				
Vendas (i)				
EGTC Operações x Conc Rodovia dos Tamoios	4.174	-	-	-
EGTC Infra x Conc Rodovia dos Tamoios	1.021.491	-	709.167	-
Total	1.025.665	-	709.167	-

	2024		2023	
Custos (ii)				
Álya construtora	21.954	-	43.634	-
Lequip Locadora	19.103	-	21.217	-
Total	41.057	-	64.851	-

(i) As operações de vendas, refere-se a receitas de contratos com a Concessionária Rodovia dos Tamoios, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17. (ii) Os Custos, refere-se a operações de locação de equipamentos e veículos entre a Álya e Lequip com a Companhia, para suprir a necessidade junto aos contratos.

9. Investimentos: Movimentação do investimento

	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	100%	10	325
Sucursal Honduras	100%	3	4
Total	13	13	329

	Movimentação em 2023		Saldo em 31/12/2023
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	100%	10	10
Sucursal Honduras	100%	3	2
Total	3	10	12

(a) a EGTC Infra S.A. - Sucursal Honduras tem como objetivo social, no exterior, cujo objetivo social envolve: (a) a engenharia em geral; (b) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de ordens públicas; (c) a incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida a intermediação imobiliária; (d) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; (e) a prestação de serviços à indústria petrolífera; (f) a realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza do ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamentos e administração nas áreas de óleo e gás; (g) a execução de obras de barragens, adutoras, estradas vicinais, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais; e (h) a realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas. Atualmente a controlada não possui atividades operacionais e não mantém nenhum contrato/obra em andamento; (b) a EGTC Operações S.A. tem por objeto social a prática das seguintes atividades: (a) a realização dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação de rodovias, ferrovias e/ou aeroportos, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos, a implantação, operação e manutenção de sistemas de gestão e serviços gerais de conserva; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; (c) participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames visando à execução dos serviços previstos em seu objeto social; (d) prestação de serviços e realização de atividades pertinentes e correlatas as do objeto social da Companhia; (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social; (f) participação em consórcios de sociedades quando para desenvolver atividades relacionadas a seu objeto social; (g) execução de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (h) realização de obras de infraestrutura; e (i) a realização de serviços especializados para construção.

10. Imobilizado e intangível: Controladora e consolidado

	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	10	-	10
Sucursal Honduras	3	-	3
Total	13	13	13

	Movimentação em 2023		Saldo em 31/12/2023
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	100%	10	10
Sucursal Honduras	100%	3	2
Total	3	10	12

(a) a EGTC Infra S.A. - Sucursal Honduras tem como objetivo social, no exterior, cujo objetivo social envolve: (a) a engenharia em geral; (b) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de ordens públicas; (c) a incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida a intermediação imobiliária; (d) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; (e) a prestação de serviços à indústria petrolífera; (f) a realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza do ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamentos e administração nas áreas de óleo e gás; (g) a execução de obras de barragens, adutoras, estradas vicinais, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais; e (h) a realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas. Atualmente a controlada não possui atividades operacionais e não mantém nenhum contrato/obra em andamento; (b) a EGTC Operações S.A. tem por objeto social a prática das seguintes atividades: (a) a realização dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação de rodovias, ferrovias e/ou aeroportos, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos, a implantação, operação e manutenção de sistemas de gestão e serviços gerais de conserva; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; (c) participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames visando à execução dos serviços previstos em seu objeto social; (d) prestação de serviços e realização de atividades pertinentes e correlatas as do objeto social da Companhia; (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social; (f) participação em consórcios de sociedades quando para desenvolver atividades relacionadas a seu objeto social; (g) execução de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (h) realização de obras de infraestrutura; e (i) a realização de serviços especializados para construção.

10. Imobilizado e intangível: Controladora e consolidado

	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	10	-	10
Sucursal Honduras	3	-	3
Total	13	13	13

	Movimentação em 2023		Saldo em 31/12/2023
	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	
Controladas			
EGTC Operações S.A.	100%	10	10
Sucursal Honduras	100%	3	2
Total	3	10	12

(a) a EGTC Infra S.A. - Sucursal Honduras tem como objetivo social, no exterior, cujo objetivo social envolve: (a) a engenharia em geral; (b) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de ordens públicas; (c) a incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida a intermediação imobiliária; (d) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; (e) a prestação de serviços à indústria petrolífera; (f) a realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza do ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamentos e administração nas áreas de óleo e gás; (g) a execução de obras de barragens, adutoras, estradas vicinais, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais; e (h) a realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas. Atualmente a controlada não possui atividades operacionais e não mantém nenhum contrato/obra em andamento; (b) a EGTC Operações S.A. tem por objeto social a prática das seguintes atividades: (a) a realização dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação de rodovias, ferrovias e/ou aeroportos, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos, a implantação, operação e manutenção de sistemas de gestão e serviços gerais de conserva; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; (c) participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames visando à execução dos serviços previstos em seu objeto social; (d) prestação de serviços e realização de atividades pertinentes e correlatas as do objeto social da Companhia; (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social; (f) participação em consórcios de sociedades quando para desenvolver atividades relacionadas a seu objeto social; (g) execução de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (h) realização de obras de infraestrutura;

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01



(i) os financiamentos da modalidade C.D.C. possuem taxas de juros prefixadas entre 10,8% e 18,10% a.a. e prazo médio de pagamento 60 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2027 e 2029; (ii) os financiamentos da modalidade C.C.B possuem taxa de juros de CDI + 4,28% a.a. e prazo médio de 60 meses, (iii) os financiamentos da modalidade FINAME possuem taxas de juros de 8,55% e SELIC + 5,44% a.a. prazo médio de 60 meses, (iv) os financiamentos da modalidade Nota comercial possuem taxa de juros entre CDI + 4,80% e 5,20% a.a., e prazo médio de 41 meses. Segue movimentação dos empréstimos no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial	50.900	28.756
Liberações	93.097	27.074
Amortização	(19.110)	(8.231)
Juros pagos	(5.972)	(3.743)
Juros	15.717	7.044
Saldo final	134.632	50.900

b) Composição de empréstimos em 31 de dezembro de 2024, por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos circulante	39.006	16.555
Empréstimos não circulante		
2025	-	6.689
2026	35.012	6.690
2027	30.438	5.775
2028	23.642	5.477
2029	6.534	9.714
Total	95.626	34.345
Total empréstimos	134.632	50.900

13. Obrigações tributárias

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Circu- lante	Não circulante	Circu- lante	Não circulante
Obrig. fiscais s/faturamento (i)	2.187	- 4.914	- 2.147	- 4.914
Retenções impostos terceiros (ii)	8.098	- 5.186	- 8.096	- 5.186
Obrig. fiscais s/frec. financeiras	168	- 96	- 169	- 96
Obrigações sobre lucro (iii)	13.771	- 14.659	- 13.771	- 14.659
Obrigações fiscais diferidas (iv)	-	5.797	-	3.294
Total	24.224	5.797	24.855	3.294

(i) refere-se basicamente aos tributos federais, estaduais e municipais sobre a receita bruta; (ii) refere-se basicamente aos tributos retidos sobre prestação de serviço de terceiros; (iii) refere-se a imposto de renda e contribuição social provisionados a pagar, e tem como base de cálculo o Lucro real anual apurado no exercício, já deduzidos dos impostos retidos e recolhidos antecipadamente, conforme legislação tributária; e (iv) refere-se basicamente aos tributos PIS, COFINS e ISS, incidentes sobre a receita bruta, onde serão diferidos para o momento dos recebimentos das faturas (regime de caixa). Estes tributos têm origem na prestação de serviços a órgãos da administração pública.

14. Obrigações trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Circu- lante	Não circulante	Circu- lante	Não circulante
Salários e encargos sociais	28.786	- 19.307	- 28.779	- 19.307
Provisão de férias e 13º salário	36.103	- 24.673	- 36.103	- 24.673
Total	64.889	43.980	64.882	43.980

15. Outros passivos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Circu- lante	Não circulante	Circu- lante	Não circulante
Outras obrigações	21	- 148	- 21	- 148
Retenções contratuais (i)	-	8.687	-	4.262
Total	21	8.687	21	8.687

(i) valores retidos de faturamento de terceiros, pela prestação de serviços com mão de obra, visando resguardar o caixa da Companhia de possíveis litígios trabalhistas.

16. Provisão para demandas judiciais: a) **Contingências:** O prazo estimado para liquidação das provisões para demandas judiciais foi baseado na melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Companhia está envolvida em processos para riscos trabalhistas considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. A composição de provisões para demandas judiciais com prognósticos de prováveis para 31 de dezembro de 2024, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	3.584	249	3.584	249
Total	3.584	249	3.584	249

Movimentação contingência prováveis

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	249	3.572	(237)	3.584

Em 2024, o acréscimo no passivo decorre, principalmente, das alterações ocorridas nos litígios de natureza trabalhistas, decorrente das rescisões contratuais devido ao término das obras. A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis, tributários e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2024 totalizaram 24.494 (R\$ 11.866 em 2023), conforme composição a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Tipo		
Cível	886	394
Tributários	829	-
Trabalhista	22.779	11.472
Total	24.494	11.866

A Companhia é polo ativo em processos judiciais de natureza cível, com expectativa de perda possível no valor de R\$2.759, para o ano de 2024

b) Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais - Trabalhista	10	10	10	10
Depósitos judiciais - Cíveis	26	26	26	26
Depósitos judiciais - Tributários	844	844	844	844
Total	880	880	880	880

17. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 344.596, representado por 207.546.710 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

b) **Reserva legal e distribuição de lucros:** O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 50% (cinquenta por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor. c) **Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro. O quadro societário encontra-se distribuído da seguinte forma:

Empresa	Quantidade de ações	Percentual de participação
Somah Investimentos e Participações S.A.	207.546.710	100,00%
Total	207.546.710	100,00%

18. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita operacional	1.926.263	1.404.346	1.933.089	1.404.346
Impostos incidentes - (PIS, COFINS e ISS)	(80.410)	(84.845)	(79.815)	(84.845)
Total da receita líquida	1.845.853	1.319.501	1.842.274	1.319.501

a) Receita diferida - Passivo não circulante

	Realização (diferimento) (i)	
	Consolidado/Controladora	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023
Contorno Caraguatubá	-	66.594
Sistemas	173.837	363.131
Total	173.837	429.725

Saldo refere-se a receitas de contratos da obra Contorno Caraguatubá e São Sebastião, e Sistemas, referem-se a adiantamentos efetuados pela Concessionária Tamoiós S.A., e Consórcio Ponte sobre o Rio Tocantins, pela Vale S.A. Em 2024, ocorreu a redução dos saldos devido: i) o encerramento do contrato de Contorno, com isto todo o saldo da receita diferida foi realizado; ii) saldo realizado devido ao avanço da obra de Sistemas.

19. Custos e despesas operacionais

a) Custos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos de materiais	(425.209)	(265.847)	(425.209)	(265.847)
Custos de pessoal	(504.754)	(310.737)	(502.556)	(310.737)
Custos c/serviços prestados	(420.726)	(474.831)	(420.287)	(474.831)
Custos c/depreciação	(19.708)	(3.136)	(19.708)	(3.136)
Custos gerais	(267.569)	(33.492)	(267.432)	(33.492)
Total	(1.637.966)	(1.088.043)	(1.635.192)	(1.088.043)

b) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas c/pessoal	(58.751)	(41.968)	(58.735)	(41.968)
Despesas c/serviços prestados	(16.841)	(13.288)	(16.605)	(13.288)
Despesas gerais	(10.052)	(14.008)	(9.968)	(14.008)
Total	(85.644)	(69.264)	(85.308)	(69.264)

20. Outros resultados operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Perda na alienação de ativo imobilizado	(19)	(325)	(19)	(325)
Ganho na alienação de sucatas	3.802	1.486	3.802	1.486
Provisão para demandas judiciais	(3.335)	(237)	(3.335)	(237)
Total	448	924	448	924

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **EGTC Infra S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EGTC Infra S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da EGTC Infra S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

21. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	14.035	12.140	14.035	12.140
Variação cambial ativa	2.568	410	2.568	410
Outras receitas	27	79	27	79
(-) PIS/COFINS s/a receita financeira	(789)	(573)	(789)	(573)
Total	15.841	12.056	15.841	12.056

Despesas financeiras

Juros passivos	(1.019)	(351)	(1.019)	(351)
Variação cambial passiva	(17)	(10)	(17)	(10)
Variação financiamento	(15.717)	(7.044)	(15.717)	(7.044)
IOF sobre operação de mútuo	(1.958)	(1.817)	(1.958)	(1.817)
Desconto concedido	(289)	(11.049)	(289)	(11.049)
Outras despesas financeiras	(4.366)	(592)	(4.347)	(592)
Total	(23.366)	(20.863)	(23.347)	(20.863)

Resultado financeiro

	(7.525)
--	----------------

BB capta de US\$ 95 milhões para projetos de água e saneamento hídrico

A operação em parceria com o Banco Natixis Corporate & Investment Banking (CIB)

O Banco do Brasil concluiu captação internacional no montante de US\$ 95 milhões e prazo de captação de dois anos, destinada a apoiar projetos de água e saneamento hídrico. Denominada “Blue Repo”, a iniciativa reafirma o compromisso do Banco do Brasil com o meio ambiente e a sustentabilidade, através da ampliação ao acesso a esse item tão importante e fundamental para a vida humana.

A operação “Blue Repo” foi realizada em parceria com o Natixis CIB, e é um exemplo de colabora-

ção para promover práticas financeiras responsáveis e de impacto positivo no meio ambiente. O Natixis CIB, reconhecido por sua forte atuação em finanças verdes e comprometimento com a sustentabilidade, destaca a relevância dos negócios sustentáveis para ambas as instituições.

Francisco Lassalvia, vice-presidente de Negócios de Atacado do Banco do Brasil, enfatiza que “a operação reforça o papel pioneiro do Banco do Brasil na estruturação de operações de tesouraria com foco em finanças sustentá-

veis, consolidando nossa posição de liderança nesse segmento. Mais uma vez, temos o apoio de um parceiro internacional de peso, como o Natixis CIB, nesta operação, acessando recursos de investidores com foco em sustentabilidade e com preços mais atrativos para o BB, o que evidencia nosso compromisso com a inovação e a sustentabilidade no mercado financeiro global”.

“A operação é fruto de muito empenho do BB no intuito de contribuir com a sociedade e com o planeta. Essa operação é um

marco e só foi possível justamente em função do protagonismo do Banco do Brasil em operações com o Setor Público no apoio às políticas públicas. Estamos entusiasmados com o sucesso da operação ‘Blue Repo’ e acreditamos que os recursos obtidos permitirão a estados e municípios brasileiros financiarem projetos de captação, distribuição e tratamento de água, além de ampliar acesso a saneamento básico à população”, afirma José Ricardo Sasseron, vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial. “Ao

nos alinharmos com o Dia Mundial da Água, reforçamos nosso compromisso com a Sustentabilidade e a proteção dos recursos hídricos”, complementa Sasseron.

Essa é a segunda colaboração entre as instituições, que também foram parceiras na inédita operação denominada “Triple Sustainable Repo”, em 2024, o que destaca a continuidade e o sucesso desta parceria em promover práticas financeiras sustentáveis com características inovadoras de grande impacto no Sistema Financeiro Internacional.

OSX BRASIL S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 09.112.685/0001-32 -- NIRE 33.3.0028401-0
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “OSX”), na forma prevista no artigo 124 c/c alíneas c) e d) do Parágrafo Único do Artigo 123, ambos da Lei 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada presencialmente no dia 14 de abril de 2025, às 10:00, na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 2405, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-906 (“AGE”), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia (i) Eleição de membros do Conselho de Administração para o exercício dos respectivos cargos até o término do mandato dos atuais membros do conselho de administração, afastados em razão de decisão judicial proferida no processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001, em tramite na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro; (ii) Eleição de membros do Conselho Fiscal para o exercício dos respectivos cargos até o término do mandato dos atuais membros do conselho fiscal, afastados em razão de decisão judicial proferida no processo nº 0149430-81.2024.8.19.0001, em tramite na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro. Informações Gerais Material de Suporte: A Companhia esclarece ainda que encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (www.osx.com.br), os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGE, em observância à Resolução CVM nº 81/2022. Voto Múltiplo: Nos termos da Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo de participação necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 8% (oito por cento) do capital social votante da Companhia, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGE para o exercício de tal faculdade. Participação: A participação do acionista na AGE poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, bem como via boletim de voto a distância, conforme detalhado abaixo: (A) Acionista Pessoa Física: O acionista deverá apresentar: (i) documento de identidade do acionista; (ii) comprovante de extrato de ações, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AGE; e (iii) em caso de participação por procurador, documentação listada no item (C); (B) Acionista Pessoa Jurídica: O acionista deverá apresentar: (i) documento de identidade do representante legal; (ii) comprovante de extrato de ações, emitido pelo agente custodiante das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AGE; (iii) documentação comprobatória da representação de poderes, incluindo o instrumento de mandato e/ou os atos constitutivos e societários referentes à nomeação; (iv) em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador ou gestor; e (v) em caso de participação por procurador, documentação listada no item (C); (C) Por Procurador: Caso o acionista prefira ser representado por procurador, os seguintes documentos deverão ser apresentados: (i) documento de identidade do procurador; e (ii) procuração, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da AGE, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76; caso o acionista seja pessoa física, o procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; caso o acionista seja pessoa jurídica, poderá ser representada por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com seus atos constitutivos; caso o acionista seja fundo de investimento a representação de seus condôminos se fará por meio de seu administrador ou gestor, conforme aplicável; e (D) Boletim de Voto a Distância: O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus respectivos agentes de custódia ou ao agente escriturador das ações da Companhia, ou deverá enviar o boletim diretamente à Companhia, sendo que, em qualquer caso, o boletim deve ser recebido em até 07 (sete) dias antes da realização da AGE, conforme esclarecido na Proposta de Administração.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 2025.

EIKE FUHRKEN BATISTA - Acionista
CENTENNIAL ASSET MINING FUND LLC - Acionista
CENTENNIAL ASSET MINING FUND LLC - ITAU UNIBANCO S.A. - Acionista

COMARCA DA CAPITAL-RJ.

JUIZO DE DIREITO DA DÉCIMA SEGUNDA VARA CÍVEL
EDITAL DE 1º, 2º, LEILÃO E ONLINE e INTIMAÇÃO à FERNANDO ANTONIO CHAVES DE CASTRO, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0473411-81.2015.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TAUILE WADH contra FERNANDO ANTONIO CHAVES DE CASTRO, na forma abaixo: O DR. JOSÉ MAURICIO HELAYEL ISMAEL, Juiz de Direito da Vara acima, FAZ SABER por este edital aos interessados, que nos dias **03.04.2025 e 09.04.2025, às 12hs:10min**, através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA**, inscrito na JUCERJA sob o nº 055, será apreçoado e vendido o “Direito e Ação” à Sala 1006, do edifício situado na Praça Saenz Peña, nº 55, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R\$ 349.716,17 (trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e dezesseite centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

INSTITUTO JOGUE LIMPO - CNPJ 21.352.467/0001-70

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezadas(os) representantes das Associadas do Instituto Jogue Limpo (“IJL”): **ATENÇÃO: Esta Assembleia poderá ser realizada de maneira híbrida – presencial ou virtual através do Microsoft Teams – a critério dos associados participantes – pedimos confirmar previamente participação presencial.** Na qualidade de Diretor Executivo do Instituto Jogue Limpo, com fundamento nos artigos 11 e parágrafos do Estatuto do IJL e na comunicação de **reserva de agenda enviada em 13 de março de 2025** a todos os associados, sirvo-me deste para **convocar V.Sas.** para participarem da **Assembleia Geral Ordinária (‘AGO’) dos Associados** do Instituto Jogue Limpo, a **realizar-se presencialmente**, na própria sede do Instituto Jogue Limpo à Rua Debret, 23, salas 410 a 412 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, ou **remotamente por videoconferência**, de acordo com o Art.11, parágrafo 5º do Estatuto Social, no **próximo dia 08 de abril de 2025 (terça-feira), às 13:30hs** em 1ª Convocação e em 2ª Convocação **às 14:00hs**. A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença pessoal ou virtual de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de todas as Associadas Fundadoras adimplentes com todas as suas obrigações financeiras perante o Instituto e, em segunda convocação, com o mínimo a maioria absoluta das Associadas Fundadoras adimplentes. A Assembleia Geral está sendo convocada para deliberação sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Leitura, discussão e votação do balanço e do relatório das contas do Instituto relativas ao exercício social encerrado no dia 31.12.2024; 2. Homologação do orçamento do exercício social corrente (2025), já previamente aprovado pelo Conselho Gestor e discutido na AGE de 12.12.2024 com posterior revisão do Conselho Gestor em 27/03/2025. 3. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal. 4. Resultados do Instituto Jogue Limpo acumulados até 31.03.2025 – incluindo alguns dados ainda preliminares. Por parte do Instituto Jogue Limpo, serão disponibilizados através de link eletrônico os documentos necessários para atender a Convocação até o dia 02.04.2025. As regras de participação na AGO foram enviadas por e-mail de Convocação enviado em 20/março/2025 e, se necessário, devem ser solicitadas por e-mail enviado a contato@joguelimpo.org.br, tendo como assunto: “REGRAS AGO – VIDEOCONFERENCIA”.
Ezio Camillo Antunes
Diretor Executivo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE AEROSDUMONT COOPERATIVA DOS MOTORISTAS DE TAXI COMUM DO AEROPORTO SANTOS DUMONT - CNPJ 01.298.772/0001-14

O Diretor Presidente da cooperativa acima convoca todos os cooperados em pleno gozo com suas obrigações estatutárias para participarem da AGE, a realizar-se no dia 04 de Abril de 2025. Na RUA ANDRÉ CAVALCANTI, N. 108A – CENTRO – RJ, às 09:00 em 1a convocação C/presença mínima de 2/3, às 10:00 em 2ª C/metade +1 e às 11:00 em 3a e última C/presença mínima de 10(dez) cooperados para deliberar sobre as seguintes ORDENS DO DIA: 1)- PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024; 2)- ELEIÇÃO DO C.FISCAL E DO C.E.D.
Edilson dos Santos Costa-Diretor-Presidente,
e MAIQUE CASTRO – CRCRJ. RJ. 21.03.2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE BANGU - CNPJ: 26.410.210/0001 – 41 – NIRE: 33.4.0005527-6

A Presidente da RECICLAMAIS ZONA OESTE – Cooperativa de Trabalho e Produção de Catadores de Materiais Recicláveis de Bangu, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, art.29 convoca a todos os seus 34 sócios existentes na cooperativa para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada no dia 07 de Abril de 2025 na sede administrativa, sito na Rua Roque Barbosa, 348 – Bangu/RJ. A Reciclamois Zona Oeste convoca todos os seus sócios às 10:00 horas. A AGO deliberará sobre os seguintes assuntos: (A) Eleição do Conselho Fiscal; (B) Eleição do novo Diretor de Produção; (C) Atualização do Regimento Interno. Rio de Janeiro, 24 de março de 2025.
EVANIR DA SILVA



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS
CNPJ 04.611.818/0001-00 - NIRE 33 3 0026971-5

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS convida os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, localizada na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 493 – 6º andar, às 15 horas do dia 31 de março de 2025, com a opção de participar por videoconferência, via plataforma Google Meet. A ordem do dia será a seguinte: 1 - Eleição de membro do Conselho de Administração. Toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária está à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, conforme disposto no artigo 133, § 1º da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. Fabio Tadeu Nicolosi Serrão - Presidente do Conselho de Administração.

WILSON SONS S.A.
CNPJ nº 33.130.691/0001-05
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025

O Conselho de Administração da **WILSON SONS S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia de Botafogo, 186, 4º andar, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-145, inscrita no CNPJ sob o nº 33.130.691/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.00337431, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, sob o código nº 26247 (“Wilson Sons” ou “Companhia”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Resolução CVM nº 81, de 22 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81/22”), convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleia Geral”), a ser realizada no dia 22 de abril de 2025, às 09h00 (horário de Brasília), de forma presencial, na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme Proposta da Administração datada de 19 de março de 2025, incluindo a distribuição de dividendos; e 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para cumprimento de novo mandato. **Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** 1. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025; 2. Aumento do capital social da Companhia; e 3. Alteração do art. 5º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Os documentos requeridos pela legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive aqueles previstos na Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM 81/22”), contendo orientações aos acionistas e o detalhamento da matéria constante da ordem do dia, encontram-se disponíveis nos seguintes endereços e websites: a) na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar, Botafogo Rio de Janeiro - RJ, Cep 22250-145, local que será realizada a Assembleia Geral; b) na CVM, na Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar, São Paulo - SP, na Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar, “Centro de Consultas”, Rio de Janeiro - RJ, e no website www.gov.br/cvm; e c) nos websites da Companhia (www.wilsonsons.com.br/ri) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). É também facultado ao acionista exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância (“Boletim”). Para isso, o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, até o dia 18 de abril de 2025 (inclusive), enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) à instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários; 2) aos custodiantes prestadores desse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depósito central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, pedimos observar as regras previstas na RCVM 81/22 e os procedimentos descritos no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia. A assembleia será realizada de modo presencial, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração para a assembleia divulgada pela Companhia (“Proposta da Administração”). O acionista que desejar fazer-se representar na referida Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo no ato ou depositando, preferencialmente, até 72 (setenta e duas) horas do início da reunião, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na área de Secretaria do Conselho da Companhia, na Praia de Botafogo, 186 - 4º andar, Botafogo Rio de Janeiro - RJ, Cep 22250-145, local onde será realizada a Assembleia Geral. Os seguintes documentos serão exigidos dos acionistas para habilitação e participação e/ou voto na AGOE: (a) **se pessoa natural**, cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, ou, no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou (b) **se pessoa jurídica**, (i) atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); (ii) se for o caso, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou (c) **se fundo de investimento**, (i) regulamento em vigor consolidado do fundo com CNPJ; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (iv) se for o caso, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador. Demais orientações, prazos e procedimentos estão disponíveis na página na internet da Companhia (www.wilsonsons.com.br/ri), no seguinte endereçamento: Governança Corporativa /Assembleias e Reuniões de Conselho.
Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.
Augusto Cezar Tavares Baião - Presidente do Conselho de Administração



BEMOBI

Bemobi Mobile Tech S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), ficam convocados os Senhores acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. (“Companhia”) a reunirem-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“AGOE”), a serem realizadas conjuntamente, em primeira convocação, no dia **24 de abril de 2025, às 10h**, através da plataforma eletrônica Zoom (“Plataforma Digital”), com **link** de acesso a ser encaminhado aos acionistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de votação a distância por meio do envio de boletim de voto a distância (“BVD”) previamente à realização da AGOE, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. deliberar sobre a alteração do artigo 16º do Estatuto Social, para aumentar o número total de membros titulares, que passará a ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros titulares e até igual número de suplentes; 2. deliberar sobre a eleição de membro suplente para o Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Roger Sole Rafols que renunciou ao cargo, para um mandato unificado com os demais membros; 3. caso tenha sido aprovada a matéria constante do item (1) da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a eleição de membro titular para o Conselho de Administração, para um mandato unificado com os demais membros. **Informações Gerais:** I. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 81”). O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM 81, enviando o correspondente BVD por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Informações detalhadas sobre regras de participação e/ou envio do BVD constam do Manual para Participação de Acionistas em Assembleia divulgado nesta data. II. A Companhia entende que a forma de garantir a maior participação acionária possível é por meio da realização de assembleias digitais. Assim, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGOE, a Companhia coloca à disposição uma Plataforma Digital, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, nos termos da Resolução CVM 81. O **link** de acesso à Plataforma Digital da AGOE será disponibilizado pela Companhia àqueles acionistas que se habilitarem para participar, por meio do envio dos documentos abaixo indicados para o endereço eletrônico assembleia@bemobi.com.br (com solicitação de confirmação de recebimento), em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE, ou seja até às **10h do dia 22 de abril de 2025**. Nos termos da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. III. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Unibanco S.A. IV. Documentos dos acionistas: (a) **Pessoa física:** cópia do documento de identidade com foto (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); (b) **Pessoa jurídica ou fundo de investimento:** cópia (b.i) do documento de identidade do representante com foto (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); e (b.ii) dos atos societários e/ou documentos pertinentes que comprovem os poderes dos signatários (eventual instrumento de mandato deverá observar o disposto na Lei 6.404/76, assim como conter reconhecimento de firma do outorgante); e (c) **Procuração:** É facultado a qualquer acionista constituir procurador para que o representante nas assembleias gerais e vote em seu nome. A outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As procurações deverão conter reconhecimento de firma ou assinaturas digitais utilizando processo de certificação fornecido pelo ICP-Brasil. V. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião ou Notário Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação então em vigor. A Companhia não exigirá a tradução de documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. VI. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). VII. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (ri.bemobi.com.br), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos referidos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, o Manual para Participação de Acionistas em Assembleia e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGO. VIII. A Companhia esclarece, em atenção ao art. 5º, §4º da Resolução CVM 81, que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, seguindo a mesma sistemática que vem promovendo a longo tempo e que, no entender da administração, permite uma participação mais eficaz dos acionistas. Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.
Bemobi Mobile Tech S.A. - Lars Rahbaek Boilensen - Presidente do Conselho de Administração

Assine o jornal Monitor Mercantil

(21) 3849-6444